

A B E R T U R A
AD HOMINEM
ROTA E PROSPECTIVA DE UM PROJETO MARXISTA

J.CHASIN

“É certo que a arma da crítica
não pode substituir a crítica das armas,
que o poder material tem que ser derrocado
pelo poder material,
mas também a teoria se transforma em poder material
logo que se apodera das massas.
A teoria é capaz de se apoderar das massas
quando argumenta e demonstra *ad hominem*,
e argumenta e demonstra *ad hominem* quando se torna radical;
ser radical é tomar as coisas pela raiz.
Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.”

MARX, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*.

“A Revolução deve tirar poesia do futuro, não do passado.”

MARX, *18 Brumário*

Há uns tantos anos, pouco menos de duas décadas, elididas rotas e convicções bem mais pessoais e remotas, emergiu o projeto Ensaio, antecedente espiritual e passo primeiro destes novos *Ensaio AD HOMINEM*. Foi, na época, amálgama de diretivas ponderadas, alguma experiência e muita observação das vicissitudes sofridas pela esquerda brasileira e mundial desde os percalços do pré-64. Relembrar as origens, ao dar continuidade ao projeto, no início da construção de uma nova etapa, não é meramente celebrar sua duração no tempo, nem apenas expor e avaliar uma dura caminhada, que compreende mais do que o termo delimita, tanto em extensão quanto em conteúdo. É re-expor o nervo da proposta, enriquecida pelo trabalho realizado, e tanto mais confirmada em seus objetivos pelo evoluir dos mais recentes fatos nacionais e mundiais em suas inflexões mais profundas e irreversíveis, que conferem um novo contorno às formas de existência, inaudito em horizontes, dramas e desafios.

No início dos anos oitenta, o panorama nacional exibia a reconversão da ditadura militar em distensão democrática, ao lado do refluxo aflitivo da movimentação social dos trabalhadores, abatida na seqüência imediata à sua vigorosa reemergência nos dois últimos anos da década anterior - lampejo marcante, mas episódico, que não teve alento para engendrar sua auto-sustentação e foi minado pela sua imediata instrumentalização político-partidária. O instante exibia também a derradeira falência da esquerda tradicional e a inconsistência dos credos e propósitos da então chamada nova esquerda. Tudo traspassado por uma carência antiga, tornada ainda mais

aguda e complexa: a sabida e reiterada falta de produção teórica de qualidade nos círculos da esquerda organizada, defeito capital cujas raízes tinham assento, sem falar nos constrangimentos extrateóricos, no desconhecimento do pensamento marxiano e nas suas versões aleatórias e disformes.

Afrontando mitos e preconceitos da prática vulgar que engolfou o século, emergiu então, não sem alguns enganos e tropeços iniciais, a evidência da prioridade radical, na ordem das necessidades intrínsecas ao campo da esquerda, de um *Movimento de Idéias*, voltado à produção e difusão teóricas e direcionado à *redescoberta* da obra de Marx, bem como à tematização da problemática brasileira. Projeto ambicioso por seus alvos, foi desde logo equilibrado pela prudência e comedimento de sua prática intelectual, pretendendo antes rigor no próprio trabalho do que conquista imediata de influência, muito mais abrir um caminho do que lutar por reconhecimento, indiferente em especial aos aplausos fáceis, complacientemente permutados.

Tomar por centro o resgate da obra marxiana e se pautar por seus lineamentos ao facear crítica e praticamente os temas nacionais, no contexto acadêmico e político do país, condicionou ficar premido entre o pólo nobre da *analítica paulista* e a platitude do baixo nível teórico, isto é, da plethora do marxismo vulgar, conjunto mutante de natureza essencialmente politicista. De fato, uma posição desconfortável e, em grande parte, específica do cenário brasileiro, que redundaria em sofrer o silêncio aristocrático do extremo superior e a desqualificação desabrida na extremidade oposta. Posição delicada, em especial, dado o perfil da *analítica paulista*, expressão com a qual é referida a vertente teórica produzida, desde a virada dos anos cinqüenta aos sessenta, por destacados integrantes dos meios acadêmicos de SP, e que se difundiu por todo o país como tributária e melhor intérprete do legado científico de Marx.

Ao emergir, o projeto da Ensaio não desdenhou a importância desse fato cultural, visto ter presente a impropriedade da pura e simples desconsideração da *analítica paulista*. Desde logo porque de seus propósitos originários figurava com peso, ainda que a seu modo, o resgate do pensamento marxiano, mas também e com ênfase devido ao padrão de trabalho intelectual que estabeleceu e disseminou. Por esse aspecto é impossível desconhecer o referencial que estabeleceu na ruptura com o marxismo de baixa elaboração. De outro lado, porém, tanto a leitura que fez de Marx quanto a interpretação que formulou do caso brasileiro, mesmo na sofisticação de seus procedimentos, foram compreendidos como problemáticos e contestáveis, embora dominantes na reflexão nacional, o que tornava e ainda torna impensável sua mera desconsideração. Em suma, no quadro brasileiro, a diretriz da redescoberta do pensamento marxiano inclui postura crítica de fundo e matizada em face da analítica paulista: reconhecimento de seu elevado padrão de trabalho e contraposição aos lineamentos que sustentam seus conteúdos, mesmo porque, mas não apenas, é da essência do pensamento de rigor pôr em dúvida teses hegemônicas.

Germinada, segundo seus próprios mentores, a partir do agora afamado Seminário sobre *O Capital*, que os mesmos levaram a efeito em fins dos anos cinqüenta, a *analítica paulista* se afirmou, desde o princípio e daí por diante, como uma modalidade epistêmica de aproximação e apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade. Isso compreendeu, pela mesma via, a exclusão praticamente completa dos textos de Marx dos anos quarenta, sob o entendimento de que eram caudatários da antropologia feuerbachiana. Por efeito, foram ignoradas as críticas ontológicas, a primeira das quais voltada à política, com as quais foi instaurado e teve continuidade a elaboração do *corpus* teórico marxiano. Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano, - a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou do *trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *télos*, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação.

Por décadas, esse marxismo adstringido - cujos ecos repercutem de algum modo, do mais ralo ao mais articulado, na maior parte da volumosa produção teórica nacional de todo o pós-64 - parecia não ser afetado por nada nem por ninguém, e apenas recentemente indícios de dissidência ou cisão vieram a público. Os primeiros, embutidos em certas polêmicas eleitorais da campanha presidencial de 94, enquanto as restrições mais diretas e substantivas só emergiram em face do perfil já demarcado da conduta governamental de Fernando Henrique Cardoso. Nada a estranhar quanto ao rumo e à demora na explicitação das discordâncias, dada a soberania alcançada pela *analítica paulista*, a consistência de sua trama discursiva e a afinidade solidária de seus integrantes, que em suas distinções eventuais e secundárias partilharam o mesmo solo e clima teóricos por toda uma vida, respaldados nos mesmos poderes e prestígios, tão relevantes para a criação e afirmação de qualquer produto intelectual.

Donde, considerados em particular os fatores ideais e positivos da vinculação entre si dos responsáveis pela *analítica paulista* ao longo de tanto tempo, não surpreende que a recente dissidência manifesta por algumas de suas vozes não rompa ou ultrapasse os contornos teóricos fundamentais da vertente. Nessa linha, desconsiderando clivagens e litígios de pura natureza política, normalmente mais ruidosos do que substantivos, é que se destacam a crítica e a correção de rumos enunciadas por Schwarz e Arantes. Segundo os mesmos, o marxismo da *analítica paulista* se teria revelado estreito em seu feitiço científico, pecando por não ter feito a crítica do capitalismo a partir do fetichismo da mercadoria e também por haver ignorado a reflexão frankfurtiana. À primeira vista, objeções contundentes e de largo espectro que, todavia, logo mostram seus limites, ao darem por esfera morta do pensamento marxiano o que chamam de “ontologia positiva do trabalho”, expressão duplamente imprópria com a qual reiteram o próprio defeito originário da versão marxista configurada pela corrente. Se no passado esse equívoco foi produzido por via epistêmica e agora, mais vagamente, parece resultar de imperativo crítico, essa mudança de prisma não altera em nada a questão de

fundo, nem retifica o sentido da expressão usada, pois em Marx não há uma *ontologia do trabalho*, ou seja, uma composição ontológica urdida, supostamente, a partir de um igualmente hipotético *paradigma do trabalho*, nem muito menos qualquer ontologia do trabalho restrita à sua positividade. Há, sim, o estatuto e os lineamentos de uma ontologia da sociabilidade ou do ser social, isto é, do ser auto-constituente, na qual o trabalho é uma categoria central ou fundante, uma vez que a individualidade humano-societária é *atividade sensível*, aí compreendidos seus característicos e inseparáveis *momentos ideais*, e enquanto tal irreduzível ou incontornável em todas as entificações da mundaneidade do homem: desde os complexos polimorfos do metabolismo social com a natureza, até as atualizações mais evanescentes, levadas a efeito nos diferenciados escaninhos da espiritualidade, não importando os graus de contraditoriedade, nem os índices de negação, desefetivação ou destruição dos próprios indivíduos humanos com que todos esses processos mutantes são realizados, mas que, por isso mesmo, põem em evidência a *dimensão negativa do trabalho* sob as matrizes sociais do estranhamento, mérito e originalidade da determinação marxiana, exatamente em franca contraposição à economia clássica e às suas extensões filosóficas coetâneas que, estas sim, tematizam o trabalho, a atividade vital do homem, de forma unilateralmente positiva e no interior de uma ontologia de caráter diametralmente oposto (Hegel), ou na própria “ausência” acrítica ou “presença” involuntária desse tipo de reflexão (Smith/Ricardo), uma vez que ao limite é impossível a qualquer elaboração cognitiva se manifestar escoimada de toda e qualquer dimensão ontológica, por mais falsa, de ordem inferior ou indeliberada que a mesma seja.

Ademais, a invocação corretiva do fetichismo da mercadoria - conjugada à rejeição liminar do estatuto ontológico peculiar à reflexão e cientificidade marxianas - é um novo ato redutor, pelo qual o *fetichismo*, decantado do circuito real de sua atualização, é ressequido a mero paradigma crítico, apartado por inteiro da problemática da emancipação. Assim, duplamente esvaziado, resta apenas como expressão forte, um nome de muita ressonância levado à infertilidade teórica e prática; dessubstanciado, paira como fantasmagoria nos céus da crítica, podendo descair até mesmo à condição de simples veículo da indignação moral. Rota em que é diluída sua qualidade de complexo substantivo capital, induzido pela lógica do trabalho estranhado, ou seja, de materialidade social que entranha como enervação perversa o conjunto das relações e manifestações humano-societárias; - orgânica fetichista da qual, pela potência de outra face da mesma lógica onímoda em que está embutida, é possível e imperioso se emancipar - tal como na tematização marxiana a questão é proposta, investigada e resolvida: essencialmente para além de qualquer presunçosa denúncia ideal, isto é, pela atividade crítico-prática no revolvimento cabal da plataforma metabólica.

Em consonância, a proposta de adição do pensamento frankfurtiano ao *parâmetro crítico* do fetichismo da mercadoria, feita pela emergente dissidência da analítica paulista, reitera de modo coerente a natureza de sua ótica, porém, não a fortalece quanto ao propósito de aguçar a contribuição da teoria marxiana na elaboração de seu próprio pensamento. O caráter da reflexão frankfurtiana, para se ater ao mínimo, em que pesem os méritos de certos veios críticos de seu trabalho e os traços cativantes de algumas de suas

personalidades, não favorece a recuperação do espírito e dos traços peculiares da analítica marxiana, desde logo pela sua arraigada desconfiança em relação aos procedimentos ontológicos e também pelo seu característico ceticismo prático, especificidades ambas a um tempo causa e efeito recíprocos de sua postura básica, cuja atmosfera, em geral e num plano superior, faz lembrar das ilusões e insuficiências neo-hegelianas de meados do século passado, em particular as engendradas pelo feitio de sua *crítica absoluta*, marcada pelo *dom* excêntrico de erradicar a *falsidade real* pela autoconsciência racional, e a crença indefectível nas virtudes da política. E aqui nem é preciso ir muito mais fundo na caracterização da fragilidade do acréscimo frankfurtiano, pois são bastante difundidas objeções de grande peso e alcance, ainda que para muitas polémicas, que essa vertente tem sofrido. Basta, de saída, sopesar a enorme dificuldade em reconhecer - dada a ampla diversidade teórica de seus partícipes e a escassa integração categorial que denotam suas obras individuais - a própria existência de uma *teoria crítica*, em que pesem teses e questões comuns a todos. Mesmo assim, e talvez por isso mesmo, é inegável a aptidão alusiva e comunicativa de vários de seus termos ou conceitos peculiares, amplamente difundidos na denúncia de aspectos muito característicos e gravosos da existência contemporânea. Diante das ignóbeis consolidações históricas deste século, pensar invariavelmente a sociabilidade como canga repressiva sem brechas parece ser um enunciado supremo de verdade, capaz de sensibilizar e satisfazer todo ímpeto de protesto, crítica e recusa das mazelas da modernidade. Donde a sedução entorpecente de noções como *coletividade repressiva*, *reificação absoluta*, *razão instrumental*, *indústria cultural*, *crítica ideológica*, *negatividade*, *mercadoria absoluta*, *princípio do prazer*, *forma estética libertadora*, *necessidade biológica de liberdade* e tantas outras. Hipérboles de grande poder alegórico, próprias à natureza escatológica das formas de ideação que corporalizam, simplesmente arremetem - para muito além do emaranhado divergente e contraditório dos nexos constitutivos das efetividades - por atos mentais fincados e encrespados sobre si mesmos. Conceitos hipostáticos por generalização desmedida e indiferenciação congênita, lisos e amorfos em seu interior, reverberam no ilusionismo da plenipotência, sugerindo ter aptidão para designar e recobrir a tudo e a todos. Não podem por isso mesmo ser mais do que atraentes repositórios inespecíficos, vácuos e rígidos por supressão de formas e conteúdos, assim, incapazes de pulsar nos atos cognitivos, logo, impróprios para a reprodução teórica de qualquer objeto real, se esgotando no halo de suas simples presenças alusivas. Numa palavra, são *abstrações irrazoáveis*, diabruras do intelecto que, com muita armação e pouco jogo em seus deslimes de extensão e abstrata homogeneidade substantiva, facultam a arbitrariedade de qualquer requestado circunlóquio crítico; *a fortiori*, instrumentos da radicalidade da não radicalidade, a bravura discursiva do reconforto cético, a fala do espírito sem espírito, plasmado em renúncia: vibrante na letra, arrogante na postura, emasculado pela indecisão elevada a virtude, com vestes litúrgicas de superioridade celebra a missa da abdicação, depondo dos altares o desafio e a possibilidade de conhecer e agir.

Donde, mesmo reconhecido pelos traços mais vigorosos - o sortilégio de suas alegorias lingüísticas, que a generosidade poderia chamar de arquétipos, e por seu agudo pundonor crítico, ápice de sua volição içada em protes-

to - o aditivo do pensamento frankfurtiano se mostra duplamente irresolúvel para as finalidades da dissidência da analítica paulista. Esvaziado de materialidade social, de costas para o estatuto ontológico de caráter histórico-imanente que vitaliza o empreendimento marxiano, a crítica que instiga pode ser brado orgástico de repulsa, mas sob um feitiço que imobiliza e desqualifica a capacidade de entender e combater, ou seja, de emancipar. Em suma, é auxílio ou acréscimo que fere de morte exatamente a linha de inflexão da propositura marxiana, qual seja, reunir e fundir com extremo rigor as grandezas distintas do saber e fazer. Não há como fertilizar uma forma de pensamento, por meio do espírito e dos recursos marxianos, sem respeitar esse critério holótipo, marca e imperativo racional que traduz a própria revolução teórica e prática plasmada pelos mesmos: conduzir à melhor forma de inteligência do universo social e à prática efetiva que o pode transfigurar, numa palavra, à radicalidade da atividade crítico-prática. Sinais da depleção dos tempos, não deixa de ser patético ter que lembrar, ao final deste século e a propósito de gente tão erudita e sincera, “que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que ser derrocado pelo poder material, mas também a teoria se transforma em poder material logo que se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas quando argumenta e demonstra *ad hominem*, e argumenta e demonstra *ad hominem* quando se torna radical; ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”. Síntese marcante, modulada ainda pela ponderação de que “Não basta que o pensamento tenda para a realização; a própria realidade deve tender para o pensamento” (*Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*). Certo ou errado, e desde então nada melhor ou mais completo foi ainda formulado, é o que pensava Marx desde o início de sua reflexão adulta, ao projetar um novo patamar de cientificidade e identificar a prática radical por sua verdadeira feição e conteúdo - a transfiguração objetiva da sociabilidade, norteadas pelo teor da dinâmica constitutiva do homem e moldada no curso contraditório de possibilidades reais.

É assim, por disfunção antitética entre meios e fins, que a recente dissidência da analítica paulista - pretendendo ascender, na exercitação do “espírito autônomo” enquanto “dialética negativa”, do universo da “reificação absoluta” a protótipo da radicalidade - acaba por duas vezes no estuário da radicalidade aparente, ou melhor, alegórica: incapacitada para o reconhecimento da trama movente e contraditória da realidade social, bem como destituída de senso e finalidades práticas; ou seja, a negatividade absoluta como princípio ordenador da crítica bloqueia o entendimento e paralisa a atividade material. Enfim, desaguando na falsa radicalidade, a dissidência da analítica paulista acaba por retroceder em face dos esteios teóricos e dos propósitos ativos da analítica paulista propriamente dita, justo e paradoxalmente ao denunciar as feições desta por insuficiência de espírito marxista.

Denúncia, por sinal, formalmente verdadeira, pois sinaliza, sem configuração pertinente de conteúdos, para os limites inerentes ao *marxismo adstringido*, que articulou e vem mantendo a fisionomia teórica e prática da analítica paulista ao longo de toda sua história, sempre como padrão de rigor em seu viés gnosiológico e nos deméritos próprios, ainda quando peculiares, à negação do estatuto ontológico do pensamento marxiano.

É no tratamento do *caso brasileiro* que a analítica paulista sofre e expõe mais ostensivamente as conseqüências do marxismo adstringente. Enquanto a tematização se move mais ou menos à risca no campo filosófico, de talhe abstrato por natureza, tudo pode findar sendo visto ou justificado, ao menos e ao limite, como exploração polêmica de alternativas e interrogação sem peia das chamadas *últimas instâncias*, vale dizer, como perquirição que respondendo apenas a si mesma oferece o semblante auto-referido de seu próprio caminho ou descaminho, enquanto tal encerrada em si e valendo ou desvalendo por si. Aqui se esbarra, e muitas vezes se tomba, na encruzilhada entre a grandeza e a miséria da filosofia tradicional, a um tempo soberana e desvalida porque entregue à solidão. Todavia, muito diversas são as demandas e as condições operativas de um quadro onde está em jogo a decifração de tramas concretas e o norteamento da atividade prática. Nesse plano, por suas próprias finalidades, a teoria é desafiada a superar acomodaamentos tautológicos, cobrando de si mesma performance transcendente pela efetividade na dilucidação dos complexos examinados e irradiação de luz prospectiva. É quando as virtudes e mazelas de uma plataforma teórica ganham maior visibilidade.

Os rumos da vertente em questionamento já perfazem longo e complexo itinerário, desdobrado em cerca de quatro décadas sob ramificações e diversidades ponderáveis, mas importam aqui tão somente suas linhas mestras, a planta angular que susteve e sustém o edifício teórico e prático da analítica paulista sobre a questão nacional, por cujo traçado se difundiu e consagrou nos dois planos, em graus sem precedentes na história brasileira. Confluem aqui e se potencializam, na gestação do perfil unitário desse fenômeno teórico-prático tão peculiar e relevante, os condicionamentos materiais do evoluer nacional em suas tônicas mais expressivas e os vetores marcantes de um dado modo de apropriação do repositório intelectual do século, na qual foi incluída, ao modo seletivo já demarcado, a herança do pensamento marxiano.

Quanto aos influxos do processo brasileiro, a pedra de toque foi o esvaecimento, desde fins da década de 50, da perspectiva otimista do desenvolvimentismo, bem como, de outra parte, a mítica persistência com que a esquerda tradicional pautava sua conduta, posta a reboque da dinâmica virtual do industrialismo e de suas implicações internas e externas. Antes, na década e meia entre o final da guerra e os últimos anos 50, predominara a expectativa de que a difusão industrial daria corpo ao crescimento auto-sustentado que, sob os estímulos do mercado interno, levaria automaticamente à diferenciação da malha industrial e à geração do setor de bens de produção, em suma, ao desenvolvimento nacional autônomo com a suposta propagação inerente de seus benefícios sociais.

I - entre a polaridade da analítica paulista e o baixo nível teórico

1 - ontologia/analítica paulista (FHC) e dissidência

1.1 - ontologia

Insistir na defesa do estatuto ontológico marxiano, das legalidades das estruturas reais, não implica [a] admissão imediata de sua validade integral, mas o imperativo de o investigar, pois não é conhecido até hoje; basta lembrar que o primeiro período da elaboração do pensamento marxiano (1843-1848) foi, no melhor dos casos, simplesmente confundido com uma antropologia. (Além de outras corruptelas: cientificismo, praticismo e todas as demais desventuras da ciranda das interpretações e das tentativas aleatórias de práticas supostamente revolucionárias.)

É preciso mostrar que [o] pensamento de Marx não é um humanismo, [no sentido de] uma reflexão a partir de uma valorização unilateral e *a priori* do homem, mas uma reflexão voltada à entificação do humano, do ser autoposto em seu processo real e contraditório de autopoisição.

A ontologia marxiana não é um sistema abstrato de verdades absolutas ao feitio tradicional, mas um estatuto teórico, cuja fisionomia é traçada por um feixe de lineamentos categoriais enquanto formas de existência do ser social. Se pode ou deve ser entendida como um realismo, trata-se de um *realismo crítico*.

Essa crítica, que compreende exatamente a determinação da necessidade das entificações humano-societárias e de suas lógicas específicas, implica *a fortiori* a compreensão de seu campo de possíveis, donde o desvendamento dos entes é também o desvendamento de suas possibilidades e meios de transformação. Desvendamento, pois, como luz da atividade 'prático-crítica' - compreensão das efetividades como meio para a mudança - (como Marx expôs nas I e II Teses *Ad Feuerbach*).

1.2 – A ANALÍTICA PAULISTA

Em seu todo, a analítica compreende tanto a pena mais nobre e robusta de J. A. Giannotti, quanto a vocação prática mais aguda e elaborada de FHC.

FHC, no repúdio incisivo ao economicismo, não dispendo no entanto de critérios ontológicos, acaba substituindo a falaciosa ordem determinativa daquele por outra igualmente arbitrária. Ao primado unilateral e mecânico da economia reduzida a *fator*, própria do economicismo, que mutila a integridade e a dinâmica do todo, FHC não contrapõe de modo corretivo o reconhecimento do *complexo da produção e reprodução da base material da existência humana*, tal como marxianamente concebido, mas, conservando a noção de economia como fator, até mesmo por seu peso estrutural, postula uma *nova ordem* das determinações entre as instâncias do social, da política

e da economia. Já pelo viés sociológico é induzido à cortante distinção entre o plano *social* e o *econômico*, sem precisar o que possa ser entendido por cada um deles na pretendida desconsideração metódica do outro, mas é esta separação de faces ontológicas indissociáveis que permite, operativamente, o encadeamento de uma ordenação aleatória ou de suficiente indeterminabilidade para que o *político* possa, na armação discursiva, aparecer como determinação de última instância, ou seja, decisiva em qualquer ordem explicativa, do que redundava o politicismo. De modo que o válido propósito de combater o economicismo acaba por ser um ato de desontologização dos ecos marxianos e a imediata adoção acrítica de uma nova “ontologia” social, dado que toda desontologização implica, sem alternativa, processo correlato de sentido inverso, ou seja, de ontologização, ainda que total e meramente subjacente e precária, involuntária e falsa, como só pode ocorrer nessas condições; é, de fato, uma efetuação desse gênero mesmo sob o argumento de que a elaboração não tenha qualquer propósito ontológico e até mesmo o recuse e exerce, pois a intencionalidade do investigador não tem o poder de mudar a natureza de sua própria argumentação ou de seus resultados, pode no máximo desprezar ou não reconhecer dimensões indesejadas de seu trabalho, o que é muito diferente, por vezes talvez esperto, mas não correto ou inteligente.

De modo direto e explícito, a analítica paulista transita do economicismo para o politicismo, desconhecendo ou enfeitando a formulação marxiana. Esta reconhece e sustenta a unidade indissolúvel da esfera socioeconômica, ou seja, a efetividade da produção material como atividade vital dos indivíduos sociais, ou seja, a inseparável interatividade dos produtores, a determinação recíproca entre homem, atividade e sociabilidade; o agente, sua capacidade ou predicado e o exercício real deste são formas e modos da atualização social. De sua parte FHC dissocia, ao separar o social do econômico, o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva, da atividade extra-sensível (a política). Em Marx as determinações vão do complexo unitário e fundante do socioeconômico, ou seja, da interatividade multilateral e contraditória da sociedade civil, para a arena política, enquanto FHC postula uma vaga e arbitraria articulação socio-política, de certo sabor contratualista, como vetor determinativo da economia. É uma desvinculação ontológica da atividade sensível dos homens, reenfatizando a atividade supra-sensível, ou seja, há uma desobjetivação que proporciona uma reenfatização teórica da subjetividade e de um suposto caráter arbitrário ou aleatório da lógica dos processos reais (cerne e natureza do politicismo, que em FHC é circunscrito e limitado pela relevância da correlação de forças em sua prática política).

2 - pluralismo, crítica absoluta e marxismo vulgar

Sem espírito ou dimensão ontológica, ou seja, sem o estatuto de uma *filosofia primeira*, é impossível sequer perceber quais são, num dado momento, os problemas científicos verdadeiros - o que deve ser estudado, qual a hie-

rarquia dos mesmos e suas posições do quadro hierárquico das urgências sociais - nem se posicionar em face das vertentes, sem cair na falácia da equivalência e/ou complementaridade das mesmas, ou ainda sucumbir, de forma ainda mais deletéria, à invocação do pluralismo, que de invocação antidogmática passa à simples condição de camuflagem da ignorância e subterfúgio do oportunismo em teoria.

[O pluralismo,] enquanto preceito do liberalismo, é um princípio racional, fundado na suposta igualdade do entendimento nos indivíduos isolados; em suas origens, [constituía] base e justificativa racional-naturalista do parlamentarismo em face do absolutismo e da autoridade eclesial. Sob essa medida compreende a admissão legítima da diversidade de opiniões racionalmente constituídas e sustentadas, não tolerância indiscriminada, no mercado de idéias, para com os produtos inferiores do espírito. A fragilidade dessa concepção é a mesma de todas as configurações centradas no egoísmo racional: sua regulamentação e boa destinação por meio da concorrência - no caso, a competição na feira de opiniões.

Nesse âmbito é princípio de convivência ou coabitação acadêmica ou política, jamais critério de verdade ou meio de produção teórica da verdade - a não ser como verdade instrumental, pragmaticamente concebida.

No marxismo vulgar, o pluralismo é contraposição ao princípio da elite revolucionária do início do século, que prescrevia a articulação entre a máxima flexibilidade na prática e a recusa a qualquer concessão em teoria, o que dá eco à inflexível exigência de probidade intelectual manifesta por Marx.

A gratuidade da invocação do pluralismo de fachada está bem ajustada ao cinismo inerente à ilimitada idolatria da mediocridade e do oportunismo, que abrem a cotoveladas e piratarias a miséria do carreirismo estreito e subalterno, feito de blefes e humilhações (baseado sobre os românticos - Arendt *in* Arantes, P., *Ressentimento da Dialética*, pp. 226-7).

Esse pluralismo - o oportunismo em matéria teórica - tem por raízes o fato de que o movimento operário não integrou a si em nenhum momento os intelectuais, deixou-os esvoaçando, dada a sua própria fragilidade social.

A falta de compostura do marxismo vulgar em todas as suas variantes, isto é, em seu pluralismo, tem que ver sem dúvida com a circunstância do atraso, que deixa os intelectuais da periferia em permanente disponibilidade social (ver Arantes, P., *Idem*, p. 229) e em geral com a incapacidade social que o operário urbano-industrial revelou para se constituir na negação da negação. Por sua fraqueza, o proletariado ou seus representantes políticos nunca conferiram autonomia a seus intelectuais... O trabalho por sua elevação e universalização há de o fazer, ou já o está fazendo (ver Arantes, P., *Idem*, p. 27, nota 54). E seria pura reinvenção da roda se fossem aditados os enormes condicionamentos corruptores derivados da impostura soviética.

Esses “intelectuais” são do tipo que se identificam e maravilham com tudo, isto é, com coisa nenhuma. Receptivos a toda novidade, filoneístas em teoria e na prática, cospem tão depressa as coisas quanto as abocanham, esbagaçando tudo como uma praga de gafanhotos, que por si próprios não sabem nada.

Esses intelectuais, no seu malabarismo de acomodação, brincam com as idéias como se fossem mera espuma irrelevante (*Idem*, p. 229).

O pluralismo invocado é simples abandono à libertinagem intelectual e política, é um hino de autocomplacência, a escamoteção preventiva por tolices nem mesmo suspeitas, na certeza, no entanto, de que estão lá e que estão sendo perpetradas.

É necessário explicar a falência moral dos intelectuais de esquerda, para não se restringir apenas a defeitos individuais, à má formação de caráter (ver Arantes, P., *Idem*, p. 230). Eles levam o pluralismo de simples princípio de tolerância na doutrina liberal - o que não é pouco nem muito menos desprezível, mesmo porque no liberalismo o preceito do pluralismo não é o direito à tolice e ao baixo nível - à desmesura da nulificação de um mínimo de coerência, ou seja, o levam ao máximo da leviandade, praticam, para empregar um escárnio de Hegel, um *donjuanismo* do diletantismo teórico e prático (ver Arantes, P., *Idem*, p. 232).

O pluralismo é invocação dissolutora do “partido de idéias”, a favor da agregação anódina de irrelevâncias.

[Enquanto na Revolução Francesa] os intelectuais das “infinitas oscilações”, da falta de convicção, transitaram ao “fanatismo dos intelectuais radicalizados”, hoje o pluralismo é o ponto de chegada de todo um caminho inverso do marxismo vulgar - do fanatismo stalinista desaguou-se na convivência cúmplice e indiferente de todos os pontos de vista, que não é mais do que oportunismo explícito.

O pluralismo [se põe] como direito abstrato e *a priori* à sustentação de opinião sem qualquer critério e propósito de verdade; a liberdade, portanto, negativamente sustentada.

De sorte que o pluralismo é a democracia, o jogo de opiniões no terreno destituído da ciência, o que implica adesão à tese da impossibilidade da ciência/verdade, uma forma pervertida e desonrada de ceticismo radical.

Pluralismo e simultânea invocação ontológica já é uma simbiose que desliza para a fraude teórica, mera simulação de um rito de passagem à alta cultura pela invocação de um termo, o que só revela impostura e ignorância.

Para Marx a probidade do intelectual está diretamente relacionada com a inflexibilidade na busca e sustentação da verdade e na tenacidade em responder sem hesitação às exigências da reflexão de rigor, mesmo que isso contrarie e fira radicalmente os interesses da classe social a que o intelectual pertença ou à qual pretenda representar (Ver apreciação de Marx sobre D. Ricardo em *Teorias da Mais-Valia*).

No pluralismo do marxismo vulgar, como perversão da incapacidade ou impossibilidade de concluir, temos as opiniões reciprocamente condescendentes, diante das quais não se faz qualquer crítica, impera o silêncio, cortado apenas pelo muchocho de que se trata de uma contribuição, fórmula abstrata para selar a cumplicidade. Nele não se verifica o cotejo de uma prática teórica, as opiniões não são formulações desse gênero, mas uma conversa entre pessoas, uma deambulação. O pluralismo se tornou a redução do saber à opinião pessoal.

Ora, o discurso científico - a teoria - é impessoal, não é opinativo, nesse sentido é oposto ao ensaísmo.

Todo pluralismo é sofisticado, pois sua substância é a condescendência para com a indiferença pela verdade das coisas.

O pluralismo é também a justificativa e tolerância da contrafação da especialização, o contentamento no particularismo de cada *paper* apresentado e insubsistente, a fraqueza escamoteada de não ser capaz de se alçar ao todo e de dominá-lo em sua composição concreta.

O marxismo vulgar, filisteísmo da esquerda e da cultura, hoje pratica o donjuanismo teórico e a bufoneria política (ver Mann *apud* Arantes, p. 238), sob a forma da labilidade militante. Em seu dissídio íntimo, partidos entre o contracheque miserável e o aplauso dos pobres de espírito, seus cultores praticam o “diletantismo de ocasião” dos homens sem convicção, capazes de vibrar com qualquer idéia ou com toda palavra de ordem que lhes despenque na cara, na medida em que tudo é novo para eles porque tudo ignoram, e tudo fazem porque nada fazem.

Os tempos confiscaram a virilidade da esquerda, castrada pela irrealização do proletariado. Donde, na falta de seriedade, só [sabe] fazer pose e assumir atitudes postiças, agravadas pela falta de consciência de sua existência supérflua.

[A] esquerda está na diáspora, fora de sua pátria, o universo do trabalho, ou seja, fora do universo humano, subsumida à alienação política.

A crítica sem teoria e plataforma é um sofisma sem outro destino que o de marcar o bordejo do próprio crítico, é sua presença fingida, a simulação de seu comparecimento, o faz-de-conta de seu pensamento e de sua ação. Por isso a pretensa esquerda de hoje vive no universo evanescente do simulacro. É autista como agente político, mas não perde de vista a satisfação pessoal: trata antes de tudo de viver, só depois de revolucionar, o mal é que quer viver à custa da revolução. É do que consiste sua dedicação e sacrifício.

Para não ser injusto, cabe aludir que a impostura congênita à condição do intelectual seja a base da deliquescência do marxismo vulgar (e do baixo clero em geral), mais do que ninguém dependentes do contra-cheque, mas, quando se mostram exclusiva e essencialmente oportunistas, deixam de ter a possibilidade de ser o organizador do ressentimento, da insatisfação popular - aí se inverte o ardil da condição intelectual. Perseguindo os objetivos de seu egoísmo podiam os de nível organizar o ressentimento; hoje, sem nível nem padrão, seu egoísmo desmancha, não abre mas fecha perspectivas.

3 - universidade: uma questão mundial

A universidade atualmente, em todo lugar, é uma instituição de duas faces: vive em crise assumida, mas produzindo em escala sem precedentes.

E a grandeza da produção, símile da crescente produção mundial em geral, tende a ser a sua única medida.

A crise se manifesta porque seu patrimônio consolidado, por vezes em acumulação multissecular, não é bastante para constituir a plataforma apropriada em face dos desafios do “capitalismo de conhecimento”.

[Tendo em vista o] conhecimento como poder ilimitado de apropriação da natureza, tendo por outra face da mesma moeda o conhecimento humanista como poder de criação do genuinamente humano - o primeiro como base material do segundo e este como seu resultado supremo, ou seja, a autoprodução do homem -, e sendo a produção do conhecimento um empreendimento de caráter supra-individual, é uma simples e grosseira falácia falar e propor uma universidade competitiva. A competitividade é para a universidade um critério não só exógeno como irremediavelmente arcaico. A figura de um acadêmico competitivo é hoje o que há de mais comum e de mais desatualizado (“concorrência isola os indivíduos”, ver Marx, *A Ideologia Alemã*, p. 96).

A universidade competitiva hoje é o aspecto aparente e enviesado que subtrai, especificamente nas áreas desfavorecidas em recursos e prestígio, ou seja, que estão na contramão das áreas predominantes, a importância da cooperação na produção teórica, técnica etc.

3.1 - o intelectual em geral

[Há que atentar para o] contraste entre trabalho intelectual como atividade vital da sociabilidade e como ofício; entre atividade movida por interesses particulares e imediatos [realizada como meio de subsistência], e atividade movida por interesse humano-societário de caráter universal. Em outros termos: a atividade intelectual enquanto parte da alienação e enquanto momento ideal da atividade “crítico-prática”. Contraste que não subentende exclusão entre as duas formas de atividade, mas sua articulação hierárquica, criticamente reconhecida. A segunda, a legítima atividade intelectual deve reger e ser o critério de verdade do ofício.

Os critérios técnicos e administrativos da esfera acadêmica devem e só podem cuidar do ofício, é o seu limite geral, dentro do qual podem conduzir ao traçado de uma universidade qualitativamente respeitável. A atividade intelectual correspondente a necessidades humano-societárias vitais demanda outros crivos, para além das excelências e produtividades de ofício, que só podem ser auto-impostos e levados a efeito prático só sob mandato social.

O professor, sem dúvida, deve ganhar para poder existir, ensinar e pesquisar, mas de modo algum deve existir, ensinar e pesquisar para ganhar, para não falar de buscar notoriedade. A exortação é ingênua, nem por isso menos verdadeira. O intelectual decai de sua esfera, tão logo sua atividade se torne para ele um meio.

O trabalho intelectual não é em primeiro lugar um meio, é um fim em si. A primeira condição ou caráter do trabalho intelectual é não ser um ofício. O intelectual que a degrada a meio material merece, como punição dessa inautenticidade interior, a falta de condições exteriores, ou seja, sua própria existência é sua pena. Tanto mais quando é de esquerda, um pretendido revolucionário.

Marx: “Se o interesse bem compreendido é o princípio de toda a moral, importa que o interesse privado do homem se confunda com o interesse humano” (*A Ideologia Alemã*, Gallimard, p. 1063).

[A] função e a figura atuais [do intelectual o demarcam como] gerador de força produtiva, ao mesmo tempo que ideólogo da irrelevância da individualidade.

Como figura do mercado ou funcionário do estado, sua carreira é antes de tudo um ganha-pão, de sorte que tudo para ele se pauta em prestígio e salário [isto é, pelas] finalidades e critérios do ofício.

Esse intelectual especialista e burocrata, oportunista em suma, [encarna] a “individualidade voltada sobre si mesma”. [Nas palavras de] Kojève: “Ele quer criar para si uma situação, ocupar um ‘rang’, ter um ‘lugar’ no Mundo”. “O que o interessa não é sua ação na ou contra a realidade social, mas o ‘sucesso’ de sua obra /.../ o desejo de reconhecimento não é mais do que sede de celebridade: basta ser ‘conhecido’” (Arantes, p. 24 e Nota 24).

[Entre o] homem de letras pré-moderno, centrado sobre si próprio e desdenhoso de qualquer competência especializada, e o cientista de ponta atual vai a diferença entre a delicada ourivesaria de espírito e a usinagem em escala monumental de força produtiva.

O intelectual moderno [é um] fabricante de artigos e livros, os embutidos de papel e tinta, que descende à salsicharia no submundo da pseudo-esquerda organizada.

Aos pensadores de todas as especialidades parece destinado o infortúnio da produção da obscuridade. Qualquer crítica racional destitui o sentido do capitalismo e poderia abalar sua permanência e continuidade. A crítica tem de ser, sob todas as vias, inconcludente.

Muito jovem ainda, Marx perguntou com grande senso: “Em primeiro lugar, quem deve decidir sobre a competência? Kant não teria reconhecido competência de filósofo a Fichte, nem Ptolomeu a Copérnico a competência de astrônomo e nem Bernhard von Clairvaux teria reconhecido competência de teólogo a Lutero. Todo sábio inclui seu próprio crítico entre os *autores incompetentes*. Acaso os leigos devem decidir quem é o autor competente? Evidentemente, o juízo deve ser deixado aos autores não reconhecidos como competentes, pois os competentes não podem ser juízes em suas próprias questões. Ou o reconhecimento da competência deve ser legado a um estamento? O sapateiro Jakob Böhme era um grande filósofo; muitos filósofos famosos são apenas grandes sapateiros” (Marx, Liberdade de Imprensa, *Gazeta Renana*, p. 55).

É preciso distinguir as pessoas e suas competências específicas, donde todos são a um tempo competentes e incompetentes.

De modo que o marxismo vulgar é antes de tudo incompetência em matéria de marxismo, donde em matéria prático-crítica, ou seja, revolucionária.

[O marxismo vulgar] degenera em *Realpolitik*, [ou seja, num] pragmatismo a-ético: todo trabalho de um colega amigo é [considerado] uma contribuição, [o que não passa de um] modo de escapar às responsabilidades críticas, fazendo e recebendo críticas complacentes; [o] cinismo e [a] ausência de escrúpulos triunfam sobre os objetivos da pesquisa, do ensino e da REVOLUÇÃO.

Na ideologia do alto nível, a competência se torna privilégio e onde reina o privilégio, os que dominam têm o direito de afirmar que são os únicos auto-

res competentes de seus atos. E como estes julgam sobre o todo, como não se considerariam com direito a julgar suas próprias avaliações e opiniões, ou seja, seu pretendido alto nível? Assim surgiria a cômica contradição de que o autor competente poderia opinar sem qualquer censura sobre o todo, mas o autor incompetente só poderia escrever sobre o autor competente com censura. De modo que fica escamoteada a questão de fundo e a luta se torna luta entre competentes e incompetentes.

Em geral a elite não ama a competência pela competência, pelo seu valor intrínseco e por enriquecer a essência humana, que só tem valor no plural, mas a reduz e emprega como escudo e meio político. Privatiza [a competência] e a cultiva como privilégio. E o baixo clero e o marxismo vulgar, a propósito de combater o privilégio, odeiam de morte a competência.

No trabalho teórico, as exigências “técnicas”, de excelência do trabalho, são imprescindíveis, mas não bastam para garantir a realização de um trabalho intelectual perfeitamente válido e justificável, pois não garantem a escolha certa do objeto e a dedicação a ele, que dependem da percepção de urgências humano-societárias.

Na divisão dos encargos, o baixo clero disputa com ferocidade as migalhas de um banquete para o qual nunca é convidado e do qual, em verdade, não é capaz de participar, por lhe faltarem os modos e os apetites apropriados. Em suma, é a contrafação ou expressão última do “dobrar-se sobre si mesmo”.

Na grande maioria das vezes, *papers*, teses, dissertações e produtos congêneres, enquanto enunciações teóricas, têm a vida efêmera de um debate, de uma palestra ou, no máximo, de uma fastidiosa defesa pública de tese, quase sempre assistida não mais do que por uma dezena de ouvintes cativos ou de cortesia. Mas, de outra parte, têm o efeito duradouro da titulação, que credencia para a carreira ou faz avançar na mesma. Especialistas, mestres e doutores são sagrados para a pertença a um cenáculo, tendendo a valer mais o lugar e a composição dos juizes do que a matéria defendida.

Como causa e consequência do impacto demográfico, sofrido pela universidade nas últimas décadas, depositou-se no plano inferior e mais frívolo de toda essa atividade ou agitação, que pode não passar de simples tagarelice, embora no todo não possa ser desprezada, os debates e conferências partidárias e eventos acadêmicos menos formais, dos quais o teor não pode vir a ser esquecido pelos ouvintes apenas porque já era um sabido ou não chegou a ser assimilado.

Do gênero ao indivíduo, compreendidos por suas tramas especificadoras, os homens são, como dizia Marx, “o que fazem e como o fazem”. Donde, um ordenamento qualitativo de figuras, onde, nos pólos, o produtor de idéias não se confunde com o montador de frases. Contudo, visto que, aparentemente, lidam com a mesma matéria, o valor e a diferença ficam por conta de *como* manuseiam as abstrações. Assim, o *como* é, incontornavelmente, responsável pelo nível do produto realizado. De modo que produto e seu meio de produção - o *como* - se tornam a realidade do próprio ser do produtor. A criação de idéias não se confunde com o arranjo inexperto ou irrelevante de

palavras, de maneira que a grandeza do teórico, mesmo em erro, se distingue da miséria da jogatina conceitual de baixo nível, mesmo que o montador a envolva em doses de retórica e paixão impostada, para gáudio e aplauso de platéias emotivas e despreparadas.

3.2 - universidade: os dois pólos nevrálgicos do impasse

A elite da universidade competitiva e o baixo clero são as distorções polares do quadro aflitivo da universidade brasileira.

A universidade competitiva é uma típica contradição: se de um lado tira o trabalho intelectual das letargias e emolumentos pré-capitalistas, das complacentes solidariedades paroquiais, de outro conduz à dilaceração sem valores e princípios, e reproduz novas, maiores e mais complexas iniquidades, conduz à guerra de todos contra todos, na qual a eficiência deixa de ser referida à qualidade do trabalho efetuado, e alto nível pode se tornar simplesmente ideologia no sentido comum, justificativa de discriminação.

[Há um] pequeno número de esferas de excelência contraposto à massa dos inferiores - o proletariado da atividade intelectual, tangido à mera e precária reprodução dos saberes, sob a guarda e a depreciação dos primeiros; escravidão universitária que nunca se realiza por inteiro, mas que molda a conduta do baixo clero, que a assimila com medo e ódio, e simula esforços para se alçar ao paradigma da nobreza, que em última instância é incapaz de compreender, nem pretende fazer seu, por inércia e sentimento de inferioridade. O proletariado acadêmico não tem o impulso para fazer de si a negação da negação, nem poderia, não tem natureza e responsabilidade sociais para isso. A alma do baixo clero propende, então, para o disfarce do militanismo, “salva-se” pela suposta altitude de suas intenções, pela missão de velar e agir pelos explorados em geral. Simulação na simulação, atividade intelectual e atividade prática não são mais do que meios para encobrir o oco elevado ao quadrado e abrir caminho para tirar alguns míseros proveitos pessoais de carreira. O itinerário confirma a ordem do capital no plano da irrealização dos indivíduos. Por isso, ainda que por vezes barulhento ou incômodo, não altera nem pode alterar a ordem vigente, simplesmente a confirma por baixo, no extremo oposto em que brilha a confirmação pelo alto, efetuada positiva e eficientemente pelos cardeais.

Se se portasse como horizonte, parâmetro de elevação, [a elite] cumpriria o bonito papel de referência, mas ao se conduzir como censura acadêmica interesseira se autodesvirtua e obsta o desenvolvimento mais geral das atividades do gênero, mantendo todos os outros em estado de menoridade.

A “elite” da analítica paulista lega um referencial acadêmico, mas pelos seus próprios limites não foi capaz de engendrar uma solução no campo teórico, tanto que as implicações práticas de sua elaboração teórica só dão conta do desenvolvimento capitalista.

3.2.1 - Marxismo Vulgar e Baixo Clero

Mesmo a contragosto certas coisas têm de ser ditas, para que o estímulo à recomposição não seja apenas resultado de esforço pessoal isolado e ingente. Estímulo que se justifica, desde logo, porque sem reconvergência de conjuntos numericamente significativos não há possibilidade de redefinição dos horizontes teóricos e práticos.

O chumbo do passado recém-extinto ainda pesa sobre as cabeças, mas qualquer indulgência com o marxismo vulgar deixou de ser tolerável, rompendo inclusive com o rastro de um equívoco antigo, cultivado pela velha guarda a pretexto de generosidade e comiseração: os erros da esquerda tinham de ser varridos sempre para debaixo do tapete, sob o pretexto de uma suposta comunidade de objetivos. Se é que isso existiu em dias remotos, no presente está para além de qualquer fantasia.

O marxismo vulgar é um fenômeno teórico-político muito mais extenso e insidioso do que o emprego ordinário da expressão leva a supor. Desde logo, é muito mais antigo e diversificado do que geralmente é compreendido, tendo principiado a grassar desde a morte de Marx; a rigor, até antes disso, ao aflorar pelas limitações de colaboradores e simpatizantes, inclusive a de adeptos e admiradores muito leais e generosos. Cristalizou certa forma e tornou-se oficial e dominante com o stalinismo, não tendo desaparecido nem mesmo com a extinção da formação soviética no leste europeu e dos PCs. É equívoco de larga repercussão identificá-lo simplesmente ao catecismo e à dogmática que imperaram a partir dos anos 30. Fenômeno muito mais complexo e de múltipla determinação, atribuir ao stalinismo a paternidade exclusiva pelo seu advento e por sua durabilidade é conceder força e capacidade demasadas ao próprio stalinismo.

Por seu aspecto de fenômeno insidioso penetra em todos os níveis de pensamento. Veja-se, por exemplo, de Merleau-Ponty a Sartre ou de Hanna Arendt e Claude Lefort a Habermas: o que sabem, dizem ou escrevem em geral sobre a obra marxiana é mais do que sofrível, quando não lastimável, é predominantemente marxismo vulgar que leva às raias da perplexidade um leitor razoavelmente informado. Algumas vozes, até das melhores, da intelectualidade brasileira não fogem a isso.

Nesse sentido a grande intelectualidade internacional é decisiva na reprodução do vírus do marxismo vulgar, o que aliás para ela é vantajoso.

[São] traços gerais e fundamentais do marxismo vulgar o economicismo, o politicismo, o coletivismo (não só desconsideração e depressão da individualidade, mas desconhecimento de que o desenvolvimento da *individualidade social*, não do abstrato ou metafísico indivíduo isolado, seja o do egoísmo racional, seja o do eu transcendental, mas do indivíduo que unicamente se põe enquanto tal na malha da interatividade desenhada pelo conjunto dos indivíduos - é o centro propulsor da história, seja como resultado, seja como ponto de partida), o partidarismo político (mito do partido), o estatismo, o voluntarismo, o acriticismo ou dogmatismo, o oportunismo exacerbado que redundava em falta absoluta de escrúpulos em teoria e na prática.

Um dos traços mais importantes do marxismo vulgar, posterior ao XX Congresso do PC soviético, é o entendimento de que o stalinismo, bem como

todo o naufrágio do experimento de 70 anos do leste europeu, seja essencialmente uma questão política.

A sobrevivência, duração e reprodução do marxismo vulgar e de suas práticas políticas correlatas, após as trágicas vicissitudes dos processos revolucionários neste século, indicam que essa questão é mais ampla e grave do que se tem admitido e considerado. O atraso histórico é o fundo da determinação: material, espiritual e nacional. Como dar início à compreensão desse problema - para evitar inclusive a alternativa do descarte da revolução, hoje a tese mais disseminada e acreditada, inclusive na pseudo-esquerda?

[Essa] questão [se] agrava com a sobrevivência do capital em dimensão brilhante, ainda que contraditória à flor da pele, [em conjunto com a] depleção material e espiritual do homem contemporâneo, desemprego e perda de sua autodeterminação enquanto ser-aberto.

Os vícios, distorções, em suma, o conjunto das mazelas que caracterizam no fundamental os partidos comunistas, agora se manifestam como que transmitidas aos “novos” organismos - a pretendida esquerda não-marxista e as formações residuais do passado, que se dizem renovadas.

O marxismo vulgar, a pequena intelectualidade, a força de trabalho ordinária, o contingente “braçal” da atividade teórica, destinada à monotonia da repetição e da transmissão ordinárias, cotidianas, duplamente alienada - enquanto intelectual, é separada do mundo; enquanto pequena intelectualidade é separada do mundo teórico - lúmpen-intelectual que se tornou o parasita do cadáver da revolução, só pode romper com sua coprofagia pelo rompimento do baixo nível intelectual e assim principiar a ser útil ao trabalho intelectual e à revolução. Não é pouco, mas é difícil, porém não se trata de perspectivar a produção de gênios em série, mas de fazer, no mínimo, a exigência de seriedade e de pôr esta a serviço da revolução.

O baixo clero e o marxismo vulgar vêm a teoria e o trabalho acadêmico e político com a lógica da propriedade privada ou do interesse privado, ou seja, a partir de seus interesses e de suas capacidades limitadas, transformam as poucas idéias que conseguem manejar em mercadorias para troca por algum aplauso igualmente interessado. Transformada em mercadoria, cada idéia, supostamente dominada, é um valor de troca por mesquinhas.

Só têm interesse privado pelo trabalho intelectual, que só vale pelas vantagens que traz, sempre miseráveis. Mas eles não têm fôlego para mais nada; então fingem, manobram, plagam, travestem palavras e idéias, caluniam, desqualificam, silenciam, atacam pelas costas, intrigam - é seu *modus operandi* intelectual. O vilipêndio é seu método.

Vêm as idéias e os outros homens a partir de suas vantagens próprias. Inspeccionam os homens longa e minuciosamente com as lentes do interesse contrariado, e os homens e as idéias, o trabalho intelectual lhes parecem tão pequenos, tão mesquinhos e maculados quanto é o próprio egoísmo. Ficam atentos, prudentes, desconfiados.

A teoria do egoísmo vê o homem com a mesquinhez interior do egoísta.

3.2.3 - o pólo do baixo clero

Alguns dos representantes do marxismo de baixa elaboração já assimilaram os meneios e cacoetes do ofício acadêmico, aprenderam a pentear os cabelos, mas não ainda a arrumar as idéias. Tanto que não tomam por referência o nível de trabalho do alto clero, bem como desconhecem a aspiração de elaborar ao menos em padrão semelhante e para além dos conteúdos que o mesmo exercita.

O ofício universitário, por suas circunstâncias institucionais, tende a reger a prática teórica, impondo os materiais (temas e autores) e o modo de os encarar (favorável ou desfavoravelmente).

A universidade como o canteiro apregoado do pluralismo (só a contingência o legitima enquanto simples tolerância liberal), que já é um parâmetro dissolutor quando se trata de ciência, ou seja, de pensamento de rigor e busca de verdade, se transforma na contrafação da universalidade dos saberes e de suas tendências. O pluralismo para o baixo clero é a forma geral de se fazer admitir e às suas graves insuficiências teóricas como “opinião e contribuição”, no universo do consenso intersubjetivo - isto é a morte da esquerda, a pretexto de sobreviver profissionalmente do ponto de vista individual. É a promoção, na prática, da inversão stalinista entre tática (prática) e estratégia (teoria).

A falta de escrúpulo teórico é a morte da esquerda. É prática stalinista sob o escudo interesseiro do pluralismo, sob invocação personalista e amesquinhada do “livre pensar” ou do pensar por conta própria, como se o pensar fosse mera questão pessoal e volitiva. Mas aqui é a volição que conta, em seu mais estreito egotismo, perdidos todos os freios, pois o que importa é reinar entre os cegos, sob o beneplácito de usar e ser usado por interesses infrapolíticos, subalternos. *Assim nasce o “genius loci”, em face do qual se recomenda o máximo cuidado.*

Há um ponto de contato entre a ideologia do alto nível e o baixo clero, propiciado pelos critérios formais de avaliação pelos pares. As regras formais, quando rigorosas e em pequeno número, podem induzir à responsabilidade e qualidade, em larga escala induzem ao charlatanismo e ao cabotinismo; estes são facilitados pela subjetivação da plethora de regras, e permitem funcionalizar discriminações e simulações.

Impostar atitude revolucionária e cultivar a promiscuidade, nas idéias e nos costumes, é simplesmente viver uma contradição grosseira que desemboca sempre na impostura.

Os meios vão sobrepujando os fins, o apetrechamento - formação tecnicamente mais apurada, conhecimento de línguas etc., é cada vez mais meio para o nada. Até fins da década de 80, o lado mais conservador da cultura em geral e da universidade vivia no temor à indesejada revolução, que continuava a ser um fantasma ameaçador, que continha e não deixava mostrar as garras, esse setor se autocontrolava até certo ponto como preservação da revolução que de todo modo ameaçava vir. A partir dos anos 90 as reservas foram rompidas, nada mais havia a temer. O império do nada passou a presidir - em face do qual todos os preconceitos e todas as tendências conservadoras passaram ao primeiro plano; não havia mais o que temer - a revolução estava morta.

O marxismo vulgar brasileiro, nos últimos 30 anos, nunca atinou que teria de se confrontar com a analítica paulista, por dois motivos: [primeiro porque], em sua emergência ou início de difusão, nos primeiros anos da década de 60, a analítica paulista foi tomada pelo marxismo vulgar como uma renovação mais ou menos inofensiva do marxismo, menoscabando que tivesse extensão ou pretensão à prática política. [Em segundo lugar], ao longo desse mesmo tempo, passou a absorver, paulatinamente, parte de seus conceitos e raciocínios, de modo que foi se engendrando uma espécie de versão trivial da analítica paulista, uma vulgata ainda mais agudamente politicista, sob entonações de intransigência ideológica, muito mais verbal do que ativa, posta pretensamente a serviço das perspectivas da classe dos trabalhadores.

Assim é que o enorme equívoco mundial, alimentado desde Trotsky, que entendeu os graves problemas do leste europeu, ou seja, do então chamado sistema socialista mundial e, por decorrência, os do movimento comunista internacional, como de natureza e resolução políticas, encontrou no Brasil uma versão influenciada, de modo cada vez mais profundo, pelos traços mais comprometedores da analítica paulista.

O marxismo vulgar no Brasil, hoje, é misticamente nominalista, pratica a crença primitiva nos atos de fala, age como se o uso de certas palavras tivesse a magia de promover adventos reais. Hoje, reduzido ao ritualismo verbal, o uso das palavras é feito ao modo das invocações, uma vez que tudo pode ser realizado, na medida em que Deus queira e haja vontade humana.

O marxismo vulgar, por seu politicismo e nominalismo, é obrigatoriamente antiontológico, ou seja, subjetivista e voluntarista, [donde considera que a] política é remédio para o egoísmo natural do homem.

[Além desses traços], o marxismo vulgar raciocina em termos do “comunismo primitivo”, como generalização da propriedade privada, ou seja, seu espírito é o da chamada democratização da propriedade.

A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva de toda a alienação, isto é, o retorno [a recuperação] do homem da religião, da família, do estado etc., ao seu modo de existência humano, isto é, social (ver Marx, *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 44*).

O marxismo vulgar, como malversação da teoria, outro de seus traços herdados do stalinismo, já amargou a experiência do Movimento Ensaio e dos profissionais universitários que o integram. Conhecem bem o emprego interesseiro e torpe do que aprenderam junto ao movimento, junto ao nosso projeto, sugando esforços em puro benefício próprio, malbaratando os resultados de itinerários penosos, e o que é pior, levando-os à desqualificação. Esses tipos, sempre arrogantes, pretensiosos, se apropriam de idéias que nem conseguiram entender, levam-nas ou as passam à frente como suas, arrimados na safadeza de usar ou de se inserir em acomodações ou maioria locais, numa manifestação reiterada de pragmatismo oportunista sem qualquer escrúpulo, sempre a título de convicção progressista e engajamento prático.

Por detrás da gritaria e das escrevinhações da pseudo-esquerda não há nada, nem classes nem movimentos sociais, mas apenas a simulação (no melhor dos casos inconsciente) de atitudes políticas e interesse pessoal subalterno no mercado intelectual, menos que tudo, esforço teórico verdadeiro e íntegro. E, à falta de público, são instigados a promover a secessão, a fraturar tudo que barre a subsunção ao aplauso fácil da “esquerda” de plantão. E com isso a adoção preventiva do pluralismo, cobertura da originalidade pela originalidade, o livre pensar por conta própria como exibicionismo ideológico de vitrine, seu único utensílio na luta pela vida no mercado universitário, que se torna grotesco e desprezível no marxismo vulgar. Tudo isso sofre sempre a tentação do cabotinismo. Ou seja, as acomodações que fazem, a partir de certo ponto, levam a indivíduos moralmente falidos. O mecanismo compensatório da subsunção ao aplauso fácil faz o troca-troca entre o encobrimento da ignorância em teoria e a legitimação verbal dos posicionamentos ociosos e rasos. Mútuo encobrimento de vazios travestidos em saber e ação. É a indigência prático-espiritual da pseudo-esquerda que estimula a insolência grotesca do marxismo vulgar, que por sua vez retribui com seu discurso patético. Um círculo vicioso que seria cômico não fosse dramático, que só poderá ser quebrado, ao que parece, com a emergência de um agente social interessado em subverter muito mais do que as simples mazelas da falsa esquerda.

A mesquinhez é arrivismo pequeno-burguês transferido para a vacilação teórica. A insegurança intelectual, o medo de perder seu acanhado posto e seu mísero contracheque. O ofício sobreposto à atividade vital.

O marxismo vulgar e o baixo clero se guiam por aí - pelas razões do Departamento, do partido, do contracheque.

O marxismo vulgar e o baixo clero são o submundo da vida intelectual, não a incipiência na escalada difícil do conhecimento das coisas. Não é um estágio inicial orientado pelo cimo a alcançar, algo ainda não desenvolvido, mas a putrefação do desinteresse pela verdade, neste sentido a forma grotesca do ceticismo de boa fé, ou seja, confirma e reproduz a necessidade do ocultamento, um modo do falso socialmente necessário requerido pelo capital.

Não são o que se supôs que poderia ser o espírito do proletariado, mas a contrafação da consciência possível pela manifestação de sua impotência revelada. O marxismo vulgar é a contrafação da teoria como espelhamento da impotência proletária - desde os primórdios.

Não é a gravitação em torno da reprodução conceitual das coisas em sua complexidade e mutabilidade, mas a gravitação sobre o oco de suas ambições mesquinhas. Não é o discurso racional que vê a contraditoriedade dos argumentos, mas a pura leniência e cumplicidade em relação aos argumentos adversários buscando co-tolerância. É a hipocrisia pretextando senso de tolerância, sensibilidade social e ânimo revolucionário. É a contra-revolução em nome e na simulação (consciente ou inconsciente, não importa) da revolução. Por isso o apego à política - que é a revolução tópica, quando não ilusória.

Não têm parte com a filosofia e a ciência, não são a expressão contingencialmente inferior da cultura por circunstância desfavorável de classe, mas o aviltamento arrivista da cultura, sua massificação instrumental, a manipulação mercadológica, o nicho explorado do mercado revolucionário, em busca

do voto e do aplauso - expressão da conveniência recíproca - da afirmação publicitária da própria existência. O marxismo vulgar e o baixo clero só existem pelo aplauso e a leniência dos outros do mesmo gênero ou da piedade moral dos que deles diferem; não são por si, seja na teoria ou na prática.

Constituem o estrato inferior da manipulação capitalista. O estrato inferior da vida intelectual, não a vanguarda, o destacamento de sapa, de uma perspectiva de futuro. Individualmente são as máscaras, em graus diversos de abjeção, do desmonte capitalista do saber.

O verbalismo revolucionário é meio de afirmação de sua própria personalidade atrofiada e mesquinha contra o perfil da realidade, tanto por não reconhecer o novo e positivo como por não entender as causas do negativo.

A verborragia de indivíduos e grupos picaretas têm franca preferência pela “resolução” de tudo, eis a razão porque se inclinam e defendem o pluralismo e as práticas ditas democráticas em debates de opinião, [bem como o] exibicionismo de vitrine (eventos), no simples cotejamento de seus enunciados improvisados e superficiais. Dá muito menos trabalho organizar e participar de eventos do que analisar textos ou decifrar as entificações reais. É o fazer-de-conta, é a solução politicista em matéria teórica. As verdades assumidas e propagadas são acertos de conveniência; não importa o que é dito, mas quem disse ou mais ainda a que facção política pertence o emissor. Amoldam a teoria ao receptor, ao público ouvinte, à platéia engajada. Querem deixar os idiotas de boca aberta. Se comprazem quando os idiotas ficam de boca aberta.

Quando a vontade, por mero interesse pessoal ou partidário, rege contra a necessidade da construção teórica, o trabalho vivo é aqui trabalho abstrato no pior sentido, não importa o que é feito (se bem ou mal), pois o trabalho intelectual se torna simples valor de troca por subsistência, no mercado acadêmico, o que é compreensível, ou por alguma forma de vantagem ou prestígio, tanto na feira acadêmica quanto na feira político-partidária, o que é simplesmente desprezível.

O fundamental a entender é que - o desenvolvimento e a elevação do padrão do trabalho intelectual é como o princípio ricardiano da produção pela produção, defendido por Marx: desenvolvimento das forças produtivas humanas, ou seja, de sua essência ou natureza, independentemente de suas conseqüências negativas para indivíduos, grupos ou partidos, isto é, a liquidação parcial ou total do capital de idéias ou teses de baixa qualidade de propriedade de indivíduos, grupos ou partidos.

4 - A proposta Ensaio

[A proposta Ensaio] tal como muitas vezes repetido nos Manifestos Editoriais, [consiste num] Movimento de Idéias, [com três eixos]: 1) produção de conhecimento, 2) difusão do conhecimento, 3) *a fortiori*, recompor o perfil de futuro no horizonte prático, ou seja - teoria de natureza ontológica que ilumina a prática da emancipação humana.

No início dos anos 80 a esquerda tradicional e seus defeitos colossais ainda pesavam sobre o panorama doméstico e mundial, donde a necessidade de ruptura, não meramente política, com o marxismo vulgar; de crítica à nova esquerda, à esquerda não-marxista; e de combate à reciclagem do marxismo vulgar: conservação do mesmo conteúdo e espírito sob travestimento politicista e de jargão (inclusive absorvendo o termo ontologia).

Com efeito, em determinação recíproca com as vicissitudes da história da ontologia, [trata-se de] reprocessar a decifração ou o entendimento de Marx, ultrapassar as derrotas sofridas ao longo dos últimos 150 anos e, principalmente, a partir do entendimento efetivo do pensamento marxiano, e também do atual desenvolvimento do capital, reprocessar a perspectiva dos alvos e rumos teóricos e práticos a exercitar no presente e levar a efeito no futuro.

O lema, ontem e hoje, tem de ser a recriação da esquerda pautada em sólidas bases teóricas.

Pela natureza do movimento que pretende estimular, as propostas da Ensaio são sempre antes programas de trabalho intelectual do que pretensiosa receita de ação. Um programa de ação só pode resultar da composição flexível com as propostas que encontra pela frente, provindas de outros posicionamentos, mas fica apontado com força que não pode ser flexível com a empulhação teórica em nome da urgência da prática.

Uma proposta como a da Ensaio pode ter e, por afinidades intrínsecas a seu gênero de atuação, é natural que encontre e ocupe algum espaço acadêmico, nele desenvolvendo certo enraizamento; no entanto, é peculiar que seja obrigada a viver a lógica da auto-sustentação, ou seja, que tenha de correr por fora dos suportes institucionais, contando com formas de arrimo extra-acadêmico de acadêmicos, assim como, de modo bem mais atenuado, com eventuais simpatias extrapartidárias de afiliados partidários.

A proposta Ensaio se vertebrava pela exigência de seriedade acadêmica definida para além dos limites comuns da universidade. Pautava-se na seriedade teórica movida pelas urgências sociais e movente no direcionamento (clarificação, entendimento, teleologia) da prática social.

Recusa a homogeneização, a clonagem, a repetição fastidiosa, contesta o canibalismo do prestígio a qualquer preço, da canalhice indiferenciada. Optou permanecer, como Romain Rolland, “au-dessus de ‘la mêlée’”, acima da confusão (Al. Dines).

No campo teórico, sempre estamos abaixo do que exigem nossos propósitos. A disposição para se alçar ao nível dos mesmos é o mínimo como critério de seriedade.

4.1 - contexto geral em que se deu a proposta

As linhas atuais de pensamento cultivam antes a *sedução do mistério* do que o gozo pelo desvendamento dos segredos. Donde a reiteração cansativa e desalentadora dos mesmos nas falas e escritos de quase todos, sempre crípticos e elípticos, alusivos e basculantes. Mais intenso do que em épocas passadas, no entanto, esse enviesamento não é novo. Na modernidade, para não remeter a pontos demasiado distantes, calha bem lembrar da incisiva crítica

marxiana presente em *A Sagrada Família*, a propósito em especial de Szeliga, um neo-hegeliano muito secundário, cuja pequenez é resumida numa simples frase: “sua arte consiste não em desvendar o que está oculto, mas em ocultar o que já está desvendado” (M. Fontes, p. 82).

Em paralelismo ou confluência se manifesta o intimismo ou espiritualismo: “intimismo é cristianismo” (*A Sagrada Família*, M. Fontes, p. 271).

Debaixo dessa atmosfera, já degradada ao nível perfunctório, seja para onde se volte, a Ensaio acaba sempre por ter de ferir um pseudoproblema ou uma questão mal formulada.

Os erros da Ensaio têm sido inevitáveis, pois têm consistido, antes de tudo, em dizer a verdade antes do tempo, o que é o próprio cerne, a motivação e o desespero de seu projeto.

Poder-se-ia então dizer que a Ensaio lançou um desafio solitário.

A analítica paulista e o aviltamento do outro pólo, eis a prensa que estimulou e comprimiu nosso advento e o conjunto de nossas atividades.

A analítica paulista, [hoje], bifurca-se: [num dos ramos, o] epistemologismo e o politicismo (pragmático e ético); [noutro, o da] dissidência, a dialética negativa de acentuação desconstrutivista.

O marxismo vulgar, politicista e praticista, situa-se nas franjas putrefatas da lógica do passado: *o mito nacional-estatista, proletário e sindical*.

A Ensaio nunca camuflou sua crítica à pseudo-esquerda organizada. A crítica à mesma foi mesmo uma das razões fundamentais de sua emergência.

Em suma, ontem, se opôs ao marxismo vulgar e à unilateralidade de pôr Marx a serviço do desenvolvimentismo social-democrata; hoje, tem de se opor também à pseudo-radicalidade da crítica absoluta, ou seja, aos dois braços da analítica paulista: à sua vertente otimista e satisfeita que se conforma em ser a expressão mais elaborada e lúcida do desenvolvimento do capital, no que resume seus méritos práticos, e, por outro lado, se opor também à amargura diáfana e comprazida de sua dissidência cética.

A pseudo-esquerda se tornou infame (intolerável/deplorável), e só resta saber se nela “a falta de inteligência supera a falta de caráter, ou se a falta de forma supera a falta de conteúdo, ou vice-versa” (Marx, “Liberdade de Imprensa”, *Gazeta Renana*).

4.2 - balanço de uma década

Não se pode lembrar apenas do que seja memorável, mas também do que é desprezível, por isso é preciso lançar ao ar a dolorosa pergunta:

“Amor, amor, amor,
onde está a fé que o traidor jurou?”

A guerra do silêncio - reduzir à insignificância pelo silêncio - e as trivialidades publicadas (dos outros), [atestam que] o marxismo e o projeto Ensaio precisam ser dados como irrelevantes, senão a “esquerda”, sob qualquer matiz ou pretensão, e outras “culturas” teriam de admitir que há um imenso problema a resolver. A proposta da Ensaio transgride o comando do espírito sem-espírito de nossos tempos - *morte à mensagem e a todo mensageiro*.

Tanto a analítica paulista e sua dissidência, quanto o marxismo vulgar têm o vezo de exaltar a si próprios assim como de rebaixar tudo que de algum modo tenta se antepor a eles.

A guerra do silêncio é um exercício de poder, real ou fantasioso, e tanto mais mesquinho quanto menos verdadeiro. Donde a altivez e a arrogância da primeira e a falta de compostura dos procedimentos do segundo.

Há também a impostura cômoda e sibilina de considerar a Ensaio como uma idiossincrasia.

A Ensaio enfrentou também a tendência pela qual todas as lutas e confrontos são taxados de questões pessoais. Isso revela a mentalidade burguesa, o homem egoísta que confunde a luta do homem por seus interesses com a luta por interesses egoístas, transforma todo interesse humano em interesse egoísta, precisamente porque assim age, isto é, o burguês é a figura que se situa no centro do universo e vê toda realidade girando em seu redor, ou seja, é a pessoa que apenas olha o mundo a partir de seus interesses: “É conhecido que uma certa psicologia explica o grande pelas pequenas causas e, partindo da correta intuição de que tudo pelo que o homem luta é coisa de seu interesse, declina para a injusta opinião de que só existem ‘pequenos’ interesses, só os interesses de um estereotipado egoísmo. Além disso, é conhecido que esse tipo de psicologia e antropologia encontram-se em particular nas cidades, onde, além do mais, passa a valer como signo de sua sábia cabeça descobrir o mundo e ver egoístas e intrigantes manequins dentro de nuvens de idéias e realidade, que dirigem tudo de cima, a partir do calcanhar” (Marx, “Liberdade de Imprensa”, *Gazeta Renana*).

A Ensaio cuidou sempre, para desgosto de alguns, de não se tornar aquilo que despreza. E sempre pagou caro por isso. Colheu a maldição por buscar a lucidez.

Num mundo de trevas, onde os clarões são fugazes, por isso permanentemente um mundo de lutas miúdas que não têm perspectiva de vitória: essa é hoje a luta pela autenticidade humana - um ato de calmo desespero ou de “sereno exercício de intransigência, mercadoria em desuso nos costumes políticos” [e acadêmicos atuais] (Élio Gaspari).

A proposta Ensaio implica trabalho coletivo, disciplina submetida à crítica coletiva. Isto se choca com o esquema acadêmico das [ciências] humanas, desagrada à preguiça intelectual, especialmente quando esta só cede aos apelos do carreirismo (que não deve ser confundido com a legitimidade da carreira pautada em qualidade). Os títulos obtidos a qualquer preço passam a ser critério de verdade e da hierarquização burocrática da convivência.

A Ensaio, sob diversas formas, sofreu e conhece bem esse processo, ainda que não tenha conseguido até aqui formular o antídoto para esses males. Conhece bem essa miséria - a degradação partidária e a deliquescência acadêmica até pelo padecimento de suas conseqüências. [Surgiram as barreiras do] oportunismo acadêmico e político, das mágoas e ressentimentos dos que perdem o fôlego e ficam para trás, das rivalidades doutrinárias no campo marxista e fora dele.

A Ensaio se propôs a unidade pela teoria; os rompimentos [que ocorreram se deram] por falta de fôlego e acomodações locais, acadêmicas e infrapartidárias. Assim os que se foram, apaziguados, não são mais ameaçados pelas tempestades vingadoras da consciência (Shakespeare).

A Ensaio aspirava a contribuir em alto nível, ou ao menos nada dizer, se nada havia a dizer de novo de fato, [no mínimo] sob o ganho de apresentar uma forma rigorosa, precisa, de um conteúdo conhecido, mas anteriormente tratado de forma imprópria ou frouxa.

Mas, verifica-se agora o retrocesso até disso; à guisa de também pensar, o baixo nível em teoria volta a se manifestar e expandir, dizer seja o que for e do modo que for volta a ser uma “contribuição”, para gerar confusão e desinformação, mas em proveito rigorosamente mesquinho dos que têm o direito de pensar. A vítima principal tem sido Lukács. O texto sem pudor, desavergonhado, incompetente e irresponsável volta a entulhar seu pensamento.

Por exemplo, as alusões atrevidas e banalizadoras à ontologia, *que não merecem ser citadas*, são a continuidade do baixo nível do passado. Confundem o público e constroem a barragem ao acesso do pensamento de Marx. Como não podem ser abolidas por decreto mágico, não é permissível qualquer tipo de conivência ou complacência com elas.

Não há três possibilidades: ou prevalece o interesse pessoal, ou vigoram as necessidades do texto bem elaborado. Com a prevalência do primeiro a produção dita de esquerda se iguala à porção inferior da produção acadêmica em geral. E nisto a mera e pequena ambição pessoal pode ser camuflada pela invocação de posição e necessidade políticas. A vontade egótica se camufla e justifica pela política com vontade. [Trata-se de] cegueira ao quadrado. E isto arrasta para a vala comum a todos nós, dos mais sofisticados aos mais ordinários, à vala comum do vencido e historicamente desimportante, pois se nem ao menos a esquerda conseguir evitar o baixo nível manifesta-se uma inviabilidade histórica real e radical.

O maior e o mais previsível dos insucessos da Ensaio foi não ter conseguido sensibilizar a elite [acadêmica] para os lineamentos ontológicos (para a problemática da emancipação), de modo que ela, com seus grandes recursos, passasse a nos ensinar a todos, e não sensibilizou o baixo clero para o aprendizado. A primeira porque não toleraria perder a condição de força dominante, e o segundo porque temeria perder os contracheques e algumas palmas periféricas.

Com a extinção da perspectiva revolucionária, a morte da esquerda, alguns dos que compunham a Ensaio refluíram só para a dimensão do emprego universitário, na trilha do oportunismo desagregador que engendra a falta de caráter.

[É preciso] deter-se um pouco sobre o confronto CARÁTER X CARREIRA. Não é um problema novo, mas qualitativa e radicalmente agravado nos últimos tempos. Isso no interior, é claro, do desmantelo da individualidade contemporânea, da impossibilidade de uma efetiva ou integral vida autêntica. Caráter x Carreira implica Caráter x Sucesso. A sociedade atual só incentiva, respalda e reconhece a individualidade *bem-sucedida*, não importando o que ela faça nem como o faça, não importando o teor de sua atividade, nem os meios que emprega. Campo nenhum da atividade humana escapa na atualidade dessa destituição da dignidade, mas é principalmente nos meios acadêmicos e político-partidários que o flagelo se abate com maior ferocidade e o mais agudo poder destrutivo, particularmente quando se toma em consideração as necessidades intrínsecas à esquerda. A necessidade do trabalho coletivo, em ambos os casos, confronta com as ambições postas em marcha

desde o plano da simples sobrevivência até as mais refinadas disputas pelos galardões acadêmicos, no mais das vezes nada além do que os corriqueiros degraus da simples carreira profissional, que nada mais acrescentam do que uns minguados “caramingolês” ao magérrimo salário.

As individualidades cedem diante do desafio das dificuldades do trabalho intelectual, dão as costas a elas em lugar de reunir as forças necessárias para a dedicação necessária, “solucionam” seu problema pessoal, não, é claro, o problema intelectual, pela adesão ao nível inferior do padrão profissional dominante. Sob a justificação dos imperativos da sobrevivência profissional e a espúria das urgências políticas. Daí para frente nada mais de sério pode ser esperado.

A falta de caráter vem sobretudo da falta de futuro, tanto mais profunda e perceptivelmente quanto mais ausente é qualquer visualização de dias diferentes.

Um dos aspectos mais positivos do balanço do movimento até aqui diz respeito à sua compreensão do caso brasileiro, seja no sentido factual, seja no âmbito teórico, tanto que não teve de se dar conta, repentina e desajeitadamente como outros, dos limites e defeitos da analítica paulista, em especial das sérias deficiências por ela geradas no entendimento do processo brasileiro. De há muito reconheceu seu padrão de qualidade, ao mesmo tempo que apontou e fez a crítica de suas graves insuficiências e incompatibilidades com o marxismo (ver, por exemplo, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, *Ensaio 17/18* e outros artigos), tanto que nunca a confundiu com um posicionamento de esquerda e agora não tem de se referir a ela aos berros, acoimando-a de traição ou fracasso (vide a Dissidência). Esta vai ao cúmulo de descobrir como novo o que sempre foi marxianamente sabido: no capitalismo não há solução etc., para o proclamar, ainda por cima, com a pobreza pretensiosa das generalidades abstratas.

4.3 - As inflexões da ensaio

- 4.3.1. Impugnação do leste europeu como transição socialista;
- 4.3.2. Ruptura com o marxismo vulgar e a prática dos partidos políticos;
- 4.3.3. Deslocamento do proletariado para a centralidade da lógica onímota do trabalho, já no início da década de 80, o que desarvorou inclusive alguns integrantes do grupo, que foram à falência teórica e moral;
- 4.3.4. Recusa do euro-comunismo e depois da perestroika;
- 4.3.5. Recusa da esquerda não-marxista e do caráter resolutivo da terceira via;
- 4.3.6. Crítica da analítica paulista e de sua dissidência;
- 4.3.7. Reconhecimento da nova etapa do desenvolvimento do capital.

II - Crítica ao Politicismo e à Pseudo-Esquerda

1 - Politicismo

Da ilusão *in ovo*, gestada entre os gregos no que foi a “infância normal” da humanidade, passando pela ilusão necessária, fundida e disseminada pela modernidade, à fantasia conformista que se impôs no presente, há uma longa história do poder, da política e do politicismo.

Importa destacar especialmente o politicismo no século XX, fabricado primeiro em nome e depois contra Marx, em especial como consequência das inviabilidades originárias do leste europeu. A forja da falsidade a partir do que foi o duplo sistema do capital¹. O politicismo, pois, como herança mais “natural” e funesta de um século radicalmente problemático e contraditório.

Porém, não se trata de uma história restrita ao século atual, mas de uma prática ao longo de toda pré-história compelida à pretensão ilusória de autodeterminação como necessidade decorrente da sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado, conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação na forma da alienação. A sociabilidade, não compreendida como substância, mas como simples organização de uma substancialidade distinta, põe os homens no outro pólo, na dicotomia homem/sociedade, ou seja, na representação sociológica e politológica, o homem é um outro distinto da sociabilidade, inclusive os configura como pólos excludentes. A individualidade como irrepetibilidade é confundida com irreduzibilidade ao social, e isto é o segredo desvendado das filosofias da desconstrução. Como um irreduzível, o indivíduo pode ser o arquétipo do sujeito transcendental da metafísica clássica ou o coágulo insondável da condição humana que extermina os sujeitos. Num caso e também no outro - o indivíduo abstrato ou o indivíduo destituído - na política tem de apelar para as fantasias éticas.

[A sociabilidade] determinada ou compreendida como substância é substância humana (perfeita e imperfeita, com todas as grandezas e misérias produzidas, modificadas, suprimidas e repostas no curso histórico), é a essência mutante do ser auto-engendrado.

O politicismo é intrínseco à ordem do capital: a ordem econômica é natural, a ordem política é o que resta para o homem configurar, e esta é decisiva, molda a convivência e realiza a justiça.

A economia é [vista como] uma espécie de pano de fundo por si amorfo, ou melhor, uma plataforma virtual com várias possibilidades, que será decidida pela política - correlação de forças constitutiva de alianças.

Em verdade a oposição ao caráter mecânico do economicismo leva ao politicismo (a política como última instância) sem que surja uma teoria mais consistente da sociabilidade e de seus processos, ou seja, o caráter de matrizamento da esfera produtiva é reduzido a uma posição relativamente secundária, isto é, fica-se sem saber qual a força determinativa do “fator” econômico. Na medida em que deixa de ser a economia a esfera matrizadora da

sociabilidade, e é convertida em fator, não se sabe mais com precisão qual é o peso determinativo desse fator, e a política passa a ser a última instância.

Nesse contexto, a economia - o complexo produtivo material, a base material da existência humana, é reduzida a *fator*, ou seja, ocorre o desnaturamento ontológico da atividade vital ou essencial do homem.

O politicismo transgride os lineamentos ontológicos marxianos em dois pontos fundamentais: 1) reduz o complexo fundante a fator, empobrece e estreita sua manifestação, irradiação e responsabilidade pelo conjunto da formação; 2) desordena a lógica determinativa, não mais se tem a linha consistente de determinação, as relações determinativas passam a ser voláteis, arbitrárias ou fortuitas, tendendo sempre a predominar, em última análise, a determinação da política como determinação decisiva.

Nesse sentido, aumenta a necessidade de recordar a crítica marxiana a dois pontos confluentes com isso:

a) Organização da sociedade civil - Carta a Annenkov *in Cartas Filosóficas e Outros Escritos*, SP, Editorial Grijalbo, 1977 (p. 206) [A um determinado estágio de desenvolvimento /.../ sociedade civil /.../ sociedade oficial];

b) O doutrinário político atual - (*Idem*, p. 214) [O Sr. Proudhon se parece em tudo ao doutrinário político /.../ e ao seu antagonismo].

Na atualidade, todos os agentes políticos - práticos e teóricos - estão submersos na bolha politicista do século, inflada passo a passo desde os descaminhos do voluntarismo contingente do bolchevismo, principalmente da contrafação soviética, até à maré montante dos dias correntes, em que a dinâmica social da história parece ter esgotado suas energias e possibilidades e ter se fundido às verdades do capital. O fato é patente, mas importa discernir suas condicionantes e modalidades principais.

A náusea pela política é a intuição popular/prosaica do caráter pervertido da política.

1.1 - Imediatismo político da elite e do baixo clero

Num quadro onde vigora o politicismo de correlação de forças (FHC), ou seja, o politicismo não meramente voluntarista, a questão teórica central passa a ser a identificação da malha determinativa da própria correlação, o motivo, necessidade que arma na essência e que lhe dá forma específica em cada momento histórico concreto. Na prática, FHC parece atentar para isso intuitivamente, é um dos aspectos de sua sabedoria política, mas não faz muito a respeito no plano teórico - parece que se resume a atentar para a estrutura (os lineamentos fundamentais de um quadro histórico dado [economia] e também a disposição e as inclinações dos agentes sociais em suas alianças ou confrontos, ou seja, ao que alude em geral como as lutas de classe ou às suas composições sociopolíticas).

FHC - “em toda sua carreira política nunca avançou sem respaldo, na base da improvisação ou da aventura” (ver Bolívar Lamounier, *Exame* nº 629, 4-12/2/97). É isso que pode ser confundido pelos opositores, ou há mesmo, com seu talhe concessivo.

É o que distingue seu politicismo do petista, simplesmente voluntarista. E voluntarista porque impotente, o que tende a refluir quando no exercício de algum mandato executivo (prefeitos, governadores).

A política da teimosia, da vontade matrizante, só em circunstâncias especialíssimas pode ter eficácia, mas só no plano político da percepção, o *underground* permanece intocado, porém, altera para os perceptores o quadro de sua inserção e os confirma no erro de fundo.

A diferença entre FHC e o PT: politicismo com alianças X politicismo sem alianças - e neste os diferentes politicismos das tendências (em conjunto o pior de todos, pois é defraudação da tematização marxiana -herança ainda do espírito do 68 europeu).

Na elite, é em função da correlação de forças que as “arrumações” são feitas.

No universo do baixo clero não é mais a correlação de forças que decide, mas se descende ao plano das tricas e futricas, das desqualificações pessoais as mais grosseiras, às mentiras e calúnias e difamações mais inescrupulosas. Não que a elite seja pura ou ética, mas tem força suficiente para não se conspurcar (será?).

2 - FÉ E CULTO À POLÍTICA

A recuperação da política e a ênfase atualmente nela depositada obedece a um movimento arcaizante. Tem por base e norma a conduta ética, compreendida a ética como coagulação de valores racionais e universais que devem orientar a conduta virtuosa. Nesses termos é um apelo a um dever-ser auto-sustentado ao qual os indivíduos e os grupos deveriam tender como à própria realização da vida. Base e apelo cuja natureza e consistência é tomada como um bem evidente, sem interrogação à efetividade de seu significado, e, em caso afirmativo, à possibilidade de sua execução prática.

Esta norma ética visa a que a prática da política não seja o exercício do poder, mas a prática da congregação humana, ou seja, o poder do não poder. É coerente, mas de uma coerência absurda e ingênua, que ignora a natureza da política.

É um apelo dos que não têm poder, daqueles que nunca tiveram a experiência de o exercer.

Hoje é muito fácil parecer correto e exigente, ao mesmo tempo que radicalmente oportunista, basta apelar para a vigência da ética.

“A ética é a virgem estéril da política”, como escreveu certo jornalista, dando eco, talvez sem saber, a um dito marxiano.

Na essência, ética e política necessariamente se excluem, pois ética, os valores racionais e universais, tal como entendidos em geral e abstratamente - como idéias orientadoras, tem por condições de possibilidade a inexistência ou a desconsideração de constrangimentos, desigualdades e insuficiências, debilidades sociais congênicas que fazem da política uma necessidade histórica e social, por decorrência do humano em nível restrito de desenvolvimento: por isso mesmo são sempre limitadas e, por princípio, transitórias.

A única possibilidade da política ética é a política que nega a política, ou seja - só há política radical quando ela nega o próprio poder político, visando, portanto, a resoluções sociais. Assim, a ética está imediatamente presente porque recusa toda forma de poder político, mesmo as que assume transitoriamente rumo à sua extinção.

Nada mais ridículo, diante das verdades dos jogos de poder, do que os apelos à ética na política.

[Trata-se de] desenvolver a crítica à política e ao estado, examinando seus aspectos negativos sob a forma do senso comum, “jornalístico”. Exemplo: é dito que o ato político deva ser um ato racional. Como a dominação, sob qualquer forma, pode ser admitida como racional? Só nos limites da racionalidade de Hobbes (falo da prática, não do axioma racionalista de seu ponto de partida teórico) - uma razão simplesmente utilitária, pragmática e estreita. Se algo é passível de racionalidade, não pode ser dominação. [No caso de] Platão, na medida em que o homem se mostra incapaz de viver de acordo com sua melhor qualidade - a racionalidade - então só lhe resta viver sob o domínio do poder político.

Então, uma força política é a congregação de vontades racionais? Não, mas a congregação de vontades pragmáticas, simplesmente racionalizantes, ou seja, o ato político não é um ato racional, mas um ato de razão de baixa qualidade, de razão atrofica. O ato político enquanto racionalização é uma corruptela da racionalidade. Para além da racionalização pragmática incontornável do exercício do poder, só existe seu oposto - tornar o estado e a política mais racionais ou reduzir sua negação intrínseca de razão, pela redução do estado, ou seja, pela prática política da negação da política - que pode principiar na própria vigência da política, ainda que em tais condições só resulte em conseqüências mais ou menos superficiais, exceção feita aos processos revolucionários, quando essa dinâmica depende da consecução das estruturas sociais fundamentais. O argumento, como o de Mészáros, de que a Comunidade é um estado que não pode dar conta da complexidade das nações modernas ignora que a efetivação da liberdade compreende a supressão das fronteiras nacionais e a reordenação comunitária universal da sociedade em geral².

A política ou, o que é o mesmo, as formas de dominação, nas quais se corporifica, geram figuras específicas, qualitativamente bem diferenciadas, contudo, unificadas ou transpassadas pelo solo do poder (detido ou almejado), do qual todas brotam e sobre o qual todas obrigatoriamente se movem. Nessa esfera repleta de rostos e máscaras, de atores e figurantes, todos estes,

consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, das águias aos piolhos, são o mofo nascido da fraqueza societária que engendra a necessidade do poder. Na infinita diferenciação entre grandeza e miséria, que vai da virtude de Péricles à caricatura grotesca de Idi Amim Dadá, há uma substância comum que sustenta, articula e contamina todas as *personae* do poder.

O poder político é tão intrinsecamente pernicioso que para ser tolerado precisa ser institucionalmente dividido. A divisão institucional do poder político é do gênero da racionalização pragmática. De há muito isso é sabido e praticado, quase sempre inconsistentemente, na ordem do capital, e é o que foi ignorado, com conseqüências catastróficas, no leste europeu e por seus congêneres.

(Saint-Just: “Aquele que *plaisante* à cabeça do governo tende à tirania”. Ver Arantes, p. 85.) Esse é um dos aspectos da perniciosidade do poder - o poder político por seu caráter é um aparato destacado da base social, que tende a se afastar cada vez mais dela; é esse afastamento congênito que constitui a substância da tirania; o tirano é apenas uma personificação da essência tirânica do poder político. Entre o estadista e o tirano não há qualquer diferença de essência, apenas diversidades pessoais de talento e estilo.

Em realidade é torpe a distinção entre legalidade e legitimidade, em benefício da segunda, pois nenhum poder político é ou pode ser inerentemente legítimo, pois é sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens. Em verdade de todos, ainda que de modo distinto para dominantes e dominados, pois ambos são encarnações diversas da alienação (senhor e escravo). De sorte que a racionalização da política é o voto piedoso de racionalização pragmática e eticização celestial do mofo, a fraqueza social que gera a necessidade de poder extra-social, da incapacidade de autocondução e autonormatização, isto sim racional e ético, das sociabilidades intrínseca e insuperavelmente contraditórias.

Só é legítimo o poder que nega esse poder discriminatório do poder, isto é, que dissolve a si mesmo. Poder legítimo unicamente porque discrimina para extinguir a discriminação, porque disputa, conquista e usa o poder político para aniquilar o poder político, porque sua conquista de poder e o uso correlato do mesmo, isto é, sua vitória, é simultaneamente sua dissolução, porque compreende, positivamente, a construção de uma nova ordem social, auto-regulada por suas próprias qualidades.

A negociação é a grandeza e a miséria da política. Grandeza por reconhecer contraditórios e postular a via racional de sua resolução. Miséria, porque a natureza de suas resoluções é sempre a prática da conciliação, não podendo nunca levar a contradição até o fim e nessa rota solucioná-la, mas apenas a contorna, de modo que ela retorna mais adiante. A negociação é algo como uma protelação, por impotência resolutiva, à espera de uma solução futura, que a ultrapassa e não depende dela.

O mínimo a que somos elevados pela determinação onto-negativa da politicidade, configurada por Marx, é à percepção de que a prática política é por natureza irresolutiva, de modo que é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu

meio ser efetivamente resolvidas. Exemplo: o clamor atual pela justiça social baseada na cidadania - condição de membro nato e partícipe do poder político, por cuja inserção na sociedade política são conferidos direitos inalienáveis. Essa convicção requentada de antigas teorias é a expressão mais acovardada que o reformismo engendrou até hoje. Não só é manifestação de descrença na necessidade e possibilidade, ainda que indeterminada, da revolução, mas a confissão não confessa de que ela enche de pavor aos neo-reformistas, dada talvez a experiência do século.

A ênfase na cidadania como tólos (determinação onto-positiva da politicidade [tomada como] realização do homem livre e racional, [ou seja, a] política como realização da universalidade humana), até mesmo em sua acepção menos formal e mais hipostasiada, é uma renúncia cega ou apavorada da revolução, ou a autocrítica mal feita do despotismo partidário de herança stalinista.

A cidadania [pode] apenas ter validade como meio nos limites estreitos da liberdade política ao longo da pré-história da humanidade.

Por ignorar a natureza e os limites estreitos da política e do estado, inclusive por se recusar a conhecê-los, as forças e opiniões - voltadas aos valores que poderiam ser reconhecidos como os melhores ou os mais altos - têm enveredado pela trilha da idealização da política pautada simples ou puramente na volição. Com isso, configuram as soluções em plano fantasioso, na forma do pior dos idealismos, que tem por resultado a desorientação dos espíritos e o malbaratamento da prática.

(As ilusões com a política derivam de que a lei se baseia na vontade e “Estado só existe por causa da propriedade privada” - *A Ideologia Alemã*, SP, Editorial Grijalbo, 1977, pp. 98-9 (direito romano).)

A política, crescentemente tecnocratizada e marketizada, vem acentuando sua insensibilidade congênita frente à dimensão humana, em confluência e de acordo com a lógica do capital, o que não representa mais do que a explicitação de sua natureza e dos estreitos limites intrínsecos de sua legalidade, ou seja, do âmbito e função que lhe são próprios. Donde a reiteração cada vez mais dramática do apelo à ética, um para além em franco conflito com a política, uma vez que a “ética é o cântico da impotência” (Cf. *Sagrada Família*, cap. III - “Revelação dos Mistérios do Direito”, M. Fontes, p. 268).

O estado, na atualidade da globalização econômica, evidencia com mais transparência sua natureza de agente do capital; enquanto tal se destaca pelo dinamismo no plano da política internacional e pelo refluxo de sua aparente dimensão autônoma, mesmo porque a mundialização dos mercados é intrinsecamente acentuação da predominância da economia como determinação em última instância das formações em sua totalidade. É, por assim dizer, a autonomização do econômico em face de todas as outras determinações reais³. Na globalização do capital, sem contrastes com qualquer outro sistema de produção real ou aparente, os distúrbios são apenas intestinos àquele, não havendo risco de qualquer desestabilização na grande ordem geral da produção, podendo o mesmo dispensar em boa medida a atividade política mais vistosa na manutenção da ordem societária. Nesse sentido, é

legítimo dizer, assiste-se ao declínio do estado como necessidade capitalista, sem que, no entanto, o sistema por sua natureza possa vir a dispensá-lo por inteiro. Se não é uma auto-regulação completa da economia [impossível nesta ordem social (mercado)], é ao menos uma necessidade menor de estado.

[Com a “globalização”] à superfície, a política parece crescer em seu âmbito e aumentar sua potência, por sua grande presença nos arranjos necessários em função das contradições do período de transição. A política internacional se torna a arena da política econômica, onde “tudo” pode ser acertado, sempre que no sentido, é claro, da lógica da globalização. No ajuste ao novo padrão de acumulação o estado funciona como agente da globalização, é o instrumento de adaptação das sociedades e das economias ao novo ordenamento mundial. Pois isso requer sustentação e continuidade do processo de transição, uniformização das condutas sociais (universalização dos modos de vida - forma do trabalho e do consumo).

Diante dessa força planetária, as vozes dissidentes se mostram inermes por sua grosseira ingenuidade, que as incapacita para dar respostas ao desafio. Sabem apenas balir pela “força constitutiva” da política, um duplo engano: 1) ela nunca o foi, nem o poderá ser nunca; 2) desconhecem a análise marxiana da política. Ou então clamam pela articulação mundial da esquerda para disputar por uma nova ordem econômica - a do mercado regulado (social-democracia), ou seja, querem amordaçar a lógica do capital.

Raciocinam como o mais pueril dos idealistas. Diante do que constatarem como o agravamento “por todas as partes das desigualdades econômicas, que se acentuam à medida que aumenta a supremacia dos mercados” (o que é lógico), lamentam que está se dissolvendo a “ética da solidariedade e da moralidade cidadã - que são os valores da modernidade (sic!)”, (fazendo-se herdeiros pateticamente retardatários do iluminismo).

A contraprova da força [e fraqueza] atual do estado é o apelo à ética na política: basta lembrar que “A moral é a impotência posta em ação” (Marx, *A Sagrada Família*, pp.71-3).

O universo econômico está esvaziando a política⁴. Quanto mais a ordem do capital se desenvolve e completa, tanto mais se autonomiza e independe da intervenção estatal para se estabelecer e dominar. O segredo do estado é a sociedade civil.

A perfectibilização da política quer sempre impedir que o aparelho de estado se destaque da sociedade civil, e isso é buscado pelas formas de representação (por exemplo: Lefort - *A Invenção Democrática*, Brasiliense, pp.130-1). E a representação a partir da sociedade civil (uma idéia hegeliana) é a reprodução, sem alternativa, das contradições da estrutura da sociedade civil, ou seja, é a confirmação da sociedade civil na forma do poder político.

Sendo a democracia a forma mais apropriada ou necessária ao capital (porque fora da democracia a competição só pode ser [falha], e sem competição o capitalismo é um sistema [atrófico]), a ponto de dar a impressão que é uma conquista universal, a [perspectiva crítica] da lógica humano-societária do trabalho se posiciona, obrigatoriamente, pelo nível situado além da demo-

cracia, ou seja, da política, isto é, pela trama da sociabilidade. Mas isso não cabe na cabeça de um vereador, mesmo se ele se chama Luís Inácio da Silva. A atividade política como prestação de serviços - universalização da mentalidade de vereador - corretagem de guias e sarjetas e mercadorias congêneres - que consubstancia o submundo da política e faz de seus agentes uma inutilidade social criminosamente bem remunerada, tornou-se o paradigma da ação política em geral.

Enquanto a discussão atual for mantida no terreno político, na melhor das hipóteses o governo será o utensílio conservador do capitalismo e a oposição seu suposto agente aperfeiçoador.

A ingenuidade patética da análise política atual, acadêmica e jornalística (exemplos: R. Janine, C. Rossi), que não provém da falta de talento e dotes individuais, mas do obumbramento espiritual que esteriliza o presente, e do qual aquelas manifestações são simples *personae*, nos põe diante de um quadro em que:

a) a crença na política, com reclamos mais ou menos enfáticos de suporte ético - ou seja, de valores norteadores - honestidade, dedicação central ao bem público, justiça e prestação de serviço (valores abstratos e pretensão utópica porque não têm raízes na sociabilidade do capital, cuja dinâmica e eficácia é baseada exatamente no contrário - na contraposição cega dos interesses particulares, cuja racionalização se dá supostamente pela mão do mercado); valores que resumem a cidadania na malha de direitos e deveres que supostamente contém, e que incluiria participação nas decisões. Nesse sentido, cidadania é a ideologia (no sentido mais restrito) de todos os partidos e todas as proposições de ação política se justificam por ela, ela é que pretende justificar todas as concepções de ordenação da vida coletiva, de uma ponta a outra do gradiente representativo, ou seja, da esquerda à direita. Trata-se da ideologia como fé política na política, isto é, a fé na vontade de equidade e justiça;

b) no plano das massas, desencanto crescente com a política e a democracia na medida em que o estado não é socialmente resolutivo, e para elas a diferenciação entre os partidos diminui agudamente. De modo que a alternância no poder vai se tornando irrelevante.

Sobre a moralidade pública na democracia - esta não é a realização de um bem comum ideal que norteasse as ações.

3 - AS OPOSIÇÕES E A PSEUDO-ESQUERDA

Na “esquerda”, seguindo o politicismo, temos a idealização suprema da vontade, a vontade como hipóstase. A consciência social substituída pela vontade hipostasiada. Donde a incompreensão da preeminência do saber na execução prática, o que é desprezado pela fidelidade à representação de classe, como se esta pudesse deixar de se valer daquele na atuação.

O politicismo no marxismo vulgar tem ademais um efeito perverso em especial: reduzindo o marxismo a um vago guia da prática política e fazendo desta um exercício da volição, com a reiteração dos insucessos, esgotados politicamente, caem em prostração, desiludidos e sem perspectivas sucumbem à inércia moral e teórica. Desfibrados.

Hoje, dois dos traços mais característicos das “esquerdas”, que, lembrados, sempre as enfurecem, são a incapacidade de conhecer e interpretar a realidade e sua deserção da revolução social, inclusive por ignorância teórica.

Por isso, mais do que por seus reiterados erros específicos, é que não se pode reconhecer na atualidade a existência da esquerda. Que ela acabou se prova pelas diretrizes ou alvos que orientam hoje os organismos que se supõem de esquerda: estatismo econômico e estado perfeito.

Ou seja, as oposições político-partidárias não podem oferecer alternativas, pois as bases teóricas de suas concepções são estruturalmente as mesmas dos governos (em todos os seus matizes partidários), governos (igualmente em todos os matizes partidários) que têm de extrair na prática governamental as conseqüências lógicas de suas postulações, ou seja, do sistema em que atuam. Ou, na insubordinação, se tornam golpistas ou ditatoriais.

Iguais na teoria (abstraídos os níveis), só lhes resta ser diferentes na vontade.

[A] aposta no reformismo via perfectibilização do estado é uma das coisas mais disseminadas entre o que resta dos “adeptos” de Marx. Idolatria do estado. Partido - cartório de candidatos.

3.1 - O Atraso Cultural da Esquerda

O início auspicioso se deu na segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas deste século (no máximo três com Gramsci), mas [já declinante na] Segunda Internacional, apesar de alguns trabalhos de nível.

Daí para frente tem-se:

- a) stalinismo de 1924 a 1953;
- b) depois da Segunda Guerra, início da ruptura, mas não levada a cabo no âmbito da cultura stalinista, donde a permanência dos valores míticos e estereotipados;
- c) marxologia acadêmica com suas virtudes e deficiências não produziu alternativa prática, nem descobriu Marx, fez marxologia, e progressivamente diluiu Marx em seus diálogos ecléticos com as correntes dominantes ou de prestígio científico.

[Atente-se que] esse apanhado só analisa na esfera doutrinária [teórico/político]; toda causalidade histórica de fundo não está aflorada [e é necessário que o seja].

A erosão da esquerda ao longo do século: “crescente isolamento das esquerdas e vácuo oposicionista”. Esquerda na forma da alienação e degeneração subsequente.

A propósito das elocubrações de Stirner, diz Marx:

“Orgulha-se da sua própria miserável individualidade e da sua própria miséria” (*A Ideologia Alemã*, II, Ed. Presença, p. 113).

Isso parece ser todo o centro do pensamento da pseudo-esquerda atual. Não é mera coincidência a convergência atual entre a depleção radical da individualidade e a morte da esquerda organizada.

A indigência mental das oposições, a de esquerda a mais lastimável. Em sua paródia atual, simples versão sem correspondência a fatos, a “esquerda” faz um pastiche de si mesma ao ser incapaz de encarar e encarnar a tragédia, apesar da realidade desta.

[A] esquerda começou a morrer na década de 30 (processos de Moscou) e foi sepultada a partir de fins da década de 60 (movimento 68).

“É mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança do modo de produção - como se o capitalismo liberal fosse o ‘real’ que de algum modo sobreviverá mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global.” Essa [é] a ideologia que regula a visão de mundo atual. (Cf. *Mapa da Ideologia*, S. Zizek, p. 7.)

Dentre as aberrações anticapitalistas, considerar as tendências que consciente ou inconscientemente pretendem a OCLOCRACIA, Governo das Turbas, pelo qual a virtude está na miséria - e não por seu poder destrutivo, como diz Marx em *A Miséria da Filosofia*.

É necessário considerar no panorama atual - globalização e revolução científico-tecnológica - as novas aberrações anticapitalistas como o eurasiatismo, bem como o islamismo - formas comprometidas de oposição ao capitalismo.

Aqui é que cabe resposta a R. Fausto: leste europeu não foi transição, manteve-se como forma do capital; é preciso compreender a necessária superação das formas do poder político.

3.1.1 - no Brasil

A esquerda nasce com o stalinismo, depois de breve momento ou em conjunto com restrita inspiração trotskista (Mário Pedrosa, seu nível cultural e pequena irradiação) e anarquista; Caio desde 33, com prestígio mas sem influência.

A distensão ou abertura anti-stalinista se dá sob o atrelamento ao nacional-estatismo: fins da década 50 - PC vai para o atrelamento, surge analítica paulista; destroçamento da esquerda com o golpe de 64; deixa de haver o que recuperar.

A vertente da resistência armada.

A partir dos anos 80 - esquerda não-marxista.

Ainda hoje a discussão quer celebrar a memória dos imolados, o que é justo e, humanamente, merecido, mas isso fica atrelado à defesa do erro cometido, acabando por celebrar o erro da guerrilha (vide discussão, em “Roda Viva”, do filme do Gabeira, contra o próprio Gabeira, sem que isso signifique defesa de sua posição estética).

Hoje, a discussão fica entre a evocação de discutíveis glórias ou heroísmos passados e a domesticação ou democratização do capitalismo, a título de uma terceira via, o que equivale a buscar o bom estado, o estado que funciona, pois o antigo, o nacional-estatista não funcionou (para os de baixo), e o de hoje, o estado-mínimo, neoliberal, também não; ou seja, estão buscando um capitalismo e um estado propícios aos de baixo - o que não é apenas não ter bandeiras, mas também buscá-las onde não podem existir. Mais uma vez a falta de cultura marxista é massacrante.

O baixo nível cultural dos militantes, reflexo da miséria espiritual das massas, se mostra como a raiz da questão, isto é, a ideologia da pobreza, material e espiritual, vem se mostrando como o busílis da questão, na qual ninguém ousa tocar, nem mesmo o percebe, pois raciocina em termos de resolução a partir da pobreza e do bom estado emancipador sob a soberania da mesma. É a solução esmaecida do voluntarismo stalinista.

No quadro atual, tal como a confluência de centro esquerda se deslocou mais para a direita, também [a contraposição aos aspectos] mais gravosos do capitalismo se deslocou mais para a simples resistência ao neoliberalismo (ao que é chamado por este nome).

Os dois partidos básicos do governo pertencem à ordem do capital e dentro dela estabelecem seus projetos (pólos em que o fazem PSDB e PFL: social-democracia, social-liberalismo).

Os partidos de oposição estão igualmente na ordem do capital por seus discursos e pelas suas atuações efetivas. Não há projeto a partir do trabalho, pois sem a perspectiva da transformação social, para além do capital, não pode haver projeto. Sem projeto revolucionário, sem o projeto de uma reedificação da estrutura social não pode haver alvo político intermediário a atingir, eles a constituir, pois não há configuração de rota até a revolução.

Donde, como esquerda abstrata, querem o domínio do estado para o aperfeiçoar (aprofundamento democrático), caem com isso no vazio, pois do ponto de vista do capital o PSDB faz esse papel.

Caídos no vazio, que pode até contar com milhões de votos, são inertes política e historicamente.

A imprensa em geral pode evoluir (como as demais formações da politicidade burguesa), por inclinação mesmo da ordem do capital, e chegar a reivindicar criticamente a erradicação da miséria (vide Marx, *Glosas 44*), mas isso nem de longe basta para a esquerda. (vide *Folha de São Paulo*, Editorial 16/12/97.)

Característica fundamental das oposições: falta de capacidade de proposição, tanto da oposição de direita, que acabou dissolvida por absorção, quan-

to da pseudo-esquerda. Em relação à esquerda: crescente incapacidade de compreensão dos processos reais e, *a fortiori*, de iluminar o futuro, imediato e remoto.

No passado, com maior ou menor acerto, inclusive com erros cruciais, oposição significava luz, perspectiva, afirmação e projeção de futuro.

Para os dias de hoje, vale a paródia de uma frase de Abelardo, segundo a qual a chama das oposições tem enchido a casa de fumaça, em lugar de a iluminar.

Nessa minoria perplexa e intracorrrosiva, o conjunto manifesto das tendências, genericamente chamadas de oposicionistas, tanto as de centro como aquelas situadas pretendidamente à esquerda, tem baseado sua postura crítica ao governo e à globalização, essencialmente, no binômio do nacional-estatismo.

A oposição sem estatura alardeia imagens ocas de sucesso com a microcefalia típica da alma do vereador, habitante do submundo da política, fabricante de obviedades ou tolices.

As duas grandes caricaturas: Brizola, que vilipendia seu próprio legado, e Luis Inácio da Silva, o fracasso previsto da franquia concedida por Lula.

Enquanto a esquerda idolatrar o estado e a política, não terá a menor capacidade para oferecer uma nova perspectiva a partir do mundo do trabalho (Ver Tarso Genro, *Folha de São Paulo* de 25-3). Por fim Tarso gane para uma política ética pautada na solidariedade - nada mais que o mais pueril cântico religioso - é a religião no lugar da revolução.

A política, e não apenas a ética, passa a ser o cântico dos impotentes.

4 - oposições em geral e o nacional-estatismo

4.1 - para a crítica do nacionalismo

No século XX, sob várias formas, o nacionalismo teve presença marcante, mas fôlego e alcance sempre temporários e restritos, acabando em todos os casos por se esgotar em ciclos mais ou menos rápidos e inconclusos, bem como por derrotas irreversíveis, quando não por desastres hediondos.

a) Nacionalismo político

Na primeira metade do século, foi com o fascismo e o nazismo uma das armas ideológicas principais na competição dos países desenvolvidos, especialmente aqueles retardatários do desenvolvimento do capital verdadeiro e sem correspondência no plano político, como Alemanha e Itália, isto é, os países de objetivação do capital verdadeiro pela via prussiana.

Na mesma época, na esteira do antiliberalismo que se irradiou pelo mundo, foi instrumento de países economicamente débeis, de forte entonação conservadora e ditatorial, fracos para a competição capitalista e temerosos

do próprio capitalismo, amedrontados pelo caso soviético, engendraram estados fortes, antidemocráticos e antiliberais, fortes só na truculência etc. etc. - Espanha e Portugal, Romênia e o Brasil com integralismo, que erroneamente foram considerados também como fascistas.

Ao final da Segunda Guerra, na Ásia e na África foi esteio na luta anticolonialista e, assim, base do vasto processo de constituição de nações politicamente independentes, mas economicamente subordinadas por inteiro às antigas metrópoles, ou seja, objetivamente, aqui o nacionalismo político redundou em via do neocolonialismo.

Em todas essas partes, essas três formas de nacionalismo acabaram totalmente esgotadas e vencidas. Por isso, ao tempo da globalização, o nacionalismo reemerge, internacionalmente, não por acaso, sob formas grotescas - fundamentalistas e da senectude.

b) Nacionalismo econômico

Das modalidades do nacionalismo a mais articulada e projetiva foi o nacionalismo econômico, que floresceu principalmente ao fim da Segunda Guerra nos países periféricos. Assumiu como pedra angular o desenvolvimento capitalista nacional, sob a iniciativa e os estímulos do estado, inclusive como forma de integração/incorporação das massas excluídas.

Manifestou-se em países de uma escala bem diversificada da economia de tipo agrário-exportador.

Países, especialmente alguns poucos, que alcançaram sucesso parcial, no plano econômico, à custa da reiteração do insucesso de suas pretensões sociais, ou seja, à custa da exclusão social, na exata medida em que, sem alternativa, estavam associados e subordinados ao capital metropolitano, apesar de suas refregas e pretensões antiimperialistas.

Desenvolveu o capital privado, por estímulos e proteções de mercado de toda espécie, e pelo setor estatal criou até um certo momento o arrimo do crescimento privado e, por outro lado, contra suas pretensões sociais, engendrou e desenvolveu fortes interesses corporativos. Nas décadas em que foi para-hegemônico, não foi capaz de superar o estágio em que, reiterando o crescimento econômico, confirmava e expandia a discriminação e a exclusão sociais. Engendrou em seu aspecto mais sensível e generoso a perspectiva de conduzir o evoluir do capitalismo nacional pelo critério do progresso social, mas jamais logrou formular um projeto nacional consistente nessa direção; foi chamado, também erroneamente, de populismo. Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, globalização e novas forças produtivas, deixou de ser por completo até mesmo uma simples e precária plataforma político-eleitoral.

O nacionalismo econômico, esgotado como dinâmica de desenvolvimento capitalista periférico, vem degenerando em sua regressão à forma de nacionalismo político. Seja em função de interesses criados no âmbito de setores empresariais incapazes de autopropulsão, de privilégios corporativos e de formações políticas originadas desses interesses e sem espaço para a renovação. A estas vem se juntando a “esquerda” desarvorada.

Hoje, pensar a partir do nacionalismo é pensar não apenas a partir das forças extenuadas de uma perspectiva vencida, mas de um cadáver, em es-

pecial e especificamente para a esquerda, pois é pensar contra a lógica do irreversível movimento histórico atual, é ser esquerda às avessas, não se guiar pelas possibilidades reais de futuro, mas a partir de uma lógica esgotada do passado, que no próprio passado se mostrou inviável e impossível.

Na atualidade o nacionalismo, em sua desatualidade, reemerge sob formas grotescas. Demência fundamentalista, a título de preservação de bens materiais e culturais das nacionalidades.

Fundamentalismo religioso, nacional e até crítico (dialética negativa), que não ultrapassam o gueto nacional, paroquial ou de um dado patamar de racionalidade (isso com uma gota de exagero na acentuação das cores para efeito polêmico).

5 - DEGENERAÇÃO DA PSEUDO-ESQUERDA

x

A PERSPECTIVA DE ESQUERDA

● refluxo ao nacionalismo e ao estatismo da nova esquerda é a demonstração mais radical de sua falência, reergue as teses que combateu na hora de sua emergência (por exemplo, na irrupção da Primeira Guerra Mundial - patriotismo e militarismo; idem no advento do fascismo e do nacional-socialismo); adotou estatismo e nacionalismo depois da Segunda Guerra nos processos de libertação nacional na Ásia e África.

Assim como as sociedades secretas já foram um obstáculo para a organização do movimento geral do trabalho, e davam aos governos o pretexto para medidas repressivas, hoje essa barreira é constituída pelos partidos ou organizações congêneres. E de uma forma ainda pior e mais grosseira, pois nem sequer, ao menos por hora, precisam ser reprimidos. Veja-se, por exemplo, a inépcia da bandeira contra o neoliberalismo, simples plataforma politicista e eleitoral.

Ao falar do politicismo da pseudo-esquerda, vale a frase de Nelson Rodrigues: “Eu tenho horror à esquerda que esconde o seu direitismo”.

Parodiando Montesquieu (ao falar das leis):

Pode-se dizer que há dois tipos de corrupção de consciência, um quando o povo não se importa mais com a revolução (com a verdade), outro quando o povo é corrompido pela revolução, este mal é incurável, porque está no próprio remédio. (*O Espírito das Leis*, T. 1, Livro VI, Capt. XII.)

O imediato já nos derrotou, a todos sem exceção. Pode haver o pretense reconforto subjetivo de se julgar mais bem-sucedido na carreira ou no partido, mas isso já não é mais do que volúpia do farsante. E de incompetência e de farsa não pode brotar qualquer perspectiva radical, porque incompetência e farsa são a confirmação permanente e prática da lógica da situação presente, são uma das componentes - o faz-de-conta - da lógica do capital.

Cada *paper* coonestado por conveniência “política”, por interesses imediatos, cada artigo ou livro resenhado por “simples amizade” interesseira, tudo

isso, em qualquer de suas modalidades, é a prática do estatismo vivo - o pequeno e imediato interesse político é o critério de verdade na avaliação da teoria.

O império do baixo nível é o reino da contra-revolução. Não se faz respeitar pelos adversários, não se impõe aos inimigos e simplesmente ilude a militância despreparada.

A tendência a reduzir todos os confrontos a questões pessoais revela o homem egoísta, burguês, que confunde a luta do homem por seus interesses com a luta por interesses egoístas, transforma todo interesse humano em interesse egoísta, precisamente porque não é movido a não ser por motivos estritamente pessoais.

A pseudo-esquerda é a engenharia da mesquinhez, a esperteza da genialidade dos pequenos cálculos.

Até na ritualização, a pseudo-esquerda perdeu o rumo e o garbo. Agora não mais produzem manifestações ou atos de protesto, só provocam ou fazem arruaças.

“Açular os baixos instintos de quem só dispõe de baixos instintos pode produzir episódios pouco edificantes” - A. Dines.

“Também a licença do despudor às vezes é chamada de livre” (Marx, *Gazeta Renana*, Editorial 179, p. 5).

Chegamos à demolição de Marx inteiramente desprevenidos e despreparados, porém, a forma mais aguda e eficiente de o demolir é ignorar seu corpo teórico, foi no que mais se esmeraram seus adeptos de baixo nível.

Enquanto as correntes adversárias, dos mais diversos tipos, demoliam o ideário soviético, supondo e querendo supor que demoliam com isso a Marx, os herdeiros, nós, não fomos capazes de evidenciar o mais evidente, que essa identificação era falsa. Ao mesmo tempo, as correntes adversárias multiplicaram seus ramos, se sofisticaram, refinaram, e mais uma vez ficamos sem dar resposta.

Ademais, se Marx [fosse] o que dizem seus críticos mais articulados, se [fosse] o responsável espiritual pela infame perversidade soviética, então ele não [mereceria] senão a sepultura e a execração. O mais dramático é que os herdeiros não foram capazes de mostrar o que Marx é.

Dir-se-á com razão que o processo histórico deste século impediu o efetivo conhecimento da obra marxiana. Então principiemos por conhecê-la, ao menos deixando de juntar mais entulho sobre a letra e o espírito de seus escritos.

As oposições em geral e a de esquerda em especial necessitam de mudanças dramáticas. Enquanto não emergem os protagonistas do novo quadro, é preciso se preparar teoricamente para seu advento.

Todo pensamento revolucionário até aqui foi matizado pelos estágios primários do desenvolvimento da capacitação humana de efetivação material e de realização de si mesmo, enquanto tais são a lógica do passado, que não mais leva à inteligibilidade do presente nem muito menos ao horizonte possível do futuro. Por isso veda a revolução, é reacionário, bloqueia a revolução, que a suas vistas se tornou impossível (vide as tentativas de refundição

dos PCs, todas no sentido da destituição do revolucionário. Decadência e corrupção da idéia revolucionária, do euro-comunismo à perestroika [assim como dos movimentos de origem operária, do Solidariedade ao PT]).

O papel da oposição de esquerda seria: 1) reapresentar a crítica ao sistema do capital - recolocar no horizonte a revolução social, reconhecendo sua impossibilidade presente; 2) como oposição ao regime e não simplesmente ao governo, e mais ao regime do que a este governo, apresentar-se como força política na pressão e composição com o governo em benefício do social, em especial das maiorias compostas pelo complexo social do trabalho, e não puramente em representação corporativa⁵.

Para isso, antes de tudo, ela própria teria que se revolucionar, e não simplesmente, como tem feito, ficar à cata de uma “mensagem” mais atualizada, ou de uma proposta mais cativante.

Toda ação partidária, muito especialmente a de esquerda, compreende um dever proponente e uma tarefa de esclarecimento, de ação pedagógica e doutrinária; sem isto - como sempre vêm fazendo os grêmios atuais, ambicionando apenas e de modo irrealista vestir as roupagens de alternativa viável de poder por via tradicional - eles se degradam pela atuação oportunista, refortalecendo e ampliando o panorama desfavorável às transformações radicais. Querem colher antes de plantar, e sabem muito menos ainda que a sua colheita, na vitória, só pode e deve ser não colher absolutamente nada.

Só se pode falar de esquerda a partir desse critério [a perspectiva da revolução social]. Não uma forma mais branda ou mais intransigente de oposição ao governo, mas a partir da plataforma positiva de um novo sistema: a alternativa sistêmica do trabalho ou da sociabilidade do trabalho é que identifica a esquerda.

III - CRÍTICA RADICAL E REVOLUÇÃO SOCIAL

1 - REDESCOBERTA DE MARX

Para a perspectivação de uma nova esquerda e sua refundação teórica e prática é preciso a sustentação categórica, até mesmo com um grânulo de petulância, da necessidade da revolução social, sem o que é impossível o soerguimento de uma analítica capaz de levar ao entendimento efetivo e crítico da realidade, bem como de levar a efeito uma prática à altura de seu significado. Para tanto é absolutamente essencial a redescoberta do pensamento marxiano e a crítica à sua destituição.

Convém principiar pela crise atual do pensamento em geral: a destituição ontológica, a desilusão epistêmica e o descarte do humanismo. Ou seja, a aversão pela objetividade, a descrença na ciência e a destituição do homem. O que resta, então, para ser pensado? Como estranhar que a grande cultura tenha declinado a níveis sem precedentes?

A destituição de Marx vem pelo interior ou acompanha essa destituição em geral do pensamento. Crise geral do espírito que alguns não reconhecem, outros justificam e uns tantos deploram com olímpico conformismo.

As deficiências até aqui no entendimento do marxismo (gnosiológico e politicismo), e os lineamentos a recuperar e pôr em evidência: ontologia, crítica da política e a centralidade do processo da individuação social, e por isso a revolução social como necessidade permanente e infinita.

Uma das maiores evidências do precário conhecimento até aqui acumulado a respeito do pensamento marxiano está precisamente em o considerar como simples “crítica do capitalismo”, ainda que a melhor delas, e manejar com pretendidas ausências teóricas no *corpus* marxiano: 1) lógico-gnosio-epistêmico, 2) teoria política e do estado, 3) homem/individuação. Em contrapartida supor o que não há: teoria das ideologias, lógica resultante de uma inversão materialista da lógica hegeliana, filosofia da história, teoria da classe universal, e assim por diante.

Ou seja, contra o melhor espírito do pensamento de rigor, que se atém aos textos e à sua lógica, o pensamento marxiano é abordado fragmentariamente a partir de *exterioridades*, sejam as provenientes das práticas políticas do século XX, sejam as oriundas da anticientificidade dominante, ambas radicalmente problemáticas.

A redescoberta de Marx não implica, em primeiro lugar, responder à ciência e à anti-ciência contemporâneas, nem às formas do poder político, hoje universalmente aceito, exatamente porque ambas, cientificidade e anticientificidade e política, têm de ser questionadas para que Marx seja redescoberto. Isso é radical e imensamente trabalhoso.

O século envolve nisso a todos nós, especialmente aqueles que no marxismo já ocuparam nichos destacados.

A necessidade de uniformidade de um trabalho conjugado dessa ordem. Há que enfrentar esse teste e risco.

O debate a partir de perspectivas distintas dessas não pode atender à demanda da redescoberta, ele sucumbe ao imediatismo, à mera opinião (quando há opinião!).

A exigência de alto nível teórico corresponde à necessidade de penetrar radicalmente na realidade atual e a partir disso, pela descoberta das condições de possibilidade, resgatar a necessidade da revolução social. E com isso não mais se deixar confundir, na esteira do século que finda, ou melhor, que já findou, não só em desastre, porém na mais englobante e catastrófica destituição do homem, reduzido ao imaginário (não mais o ser que constrói sua própria razão) e às pulsões, à forma mais prosaica de dar consecução aos registros de seu código genético (que foi acompanhado pelo grosseiro materialismo do século, a título de marxismo, que desconheceu o materialismo marxiano - que é afastamento das barreiras naturais).

Alto nível, e não esfregar cabotinamente a ponta dos dedos na periferia do movimento sindical à guisa de estar colado às massas e ao movimento operário, ou desfraldando bandeiras em pátios escolares em prol de abaixo-assinados a favor dos sem-terra, em *masquerades* de uma reforma agrária do asfalto.

2 - METAPOLÍTICA

Vivemos hoje o mundo da revolução perdida e repudiada, não a perda (negação) do que se passou no leste europeu - mundo da impossibilidade e da perversão da ótica revolucionária - mas o mundo perdido da necessidade e possibilidade da transformação.

Já passou de há muito o tempo em que um Victor Hugo podia imaginar que “entrai um rio e tereis a inundação; barrai o futuro e tereis revoluções”.

Com o atual desenvolvimento capitalista, os 150 anos de derrotas da perspectiva do trabalho que culminaram com a perversidade da tentativa do leste europeu - e a destituição do homem - a frase de V. Hugo tornou-se pueril.

Para manter a alternativa socialista com sentido é preciso radicalizar, aprofundar até às raízes o conhecimento da realidade e das possibilidades que ela contém - compreender que a luta é contra a propriedade dos meios de produção e contra o estado, e não pela estatização da economia e a perfectibilização do estado e do regime democrático.

Há que ter confiança e otimismo, mas com idéias claras e não utópicas, ainda que apenas genéricas, sem se deixar desesperar diante da estupidez humana, historicamente compreendida (Ver Voltaire, *in* Ferrater Mora, Dicionário de Filosofia, Ed. Sudamericana, B. Aires, 1971, p. 918/V.II).

A questão, hoje, não se esgota no reconhecimento de que a revolução não está na linha do horizonte prático, nem que o capital, refulgente, consolidou a prorrogação de sua utilidade histórica, mas indagar, diante da miséria material, que se amplia, e da miséria espiritual já universalizada (já contando inclusive com o discurso justificatório da desrazão contemporânea), se pode ser eterno o conformismo diante do mal-estar da humanidade, do mal-estar indistigível de cada individualidade, do apodrecimento radical de toda individualidade, pois no processo da individuação capitalista são indissociáveis o enriquecimento e o apodrecimento da individualidade, pois sem o apodrecimento ela não subsiste no quadro vigente. A crítica é a luta contra o apodrecimento e não pode se limitar à suposta “crítica radical”, que só leva à desolação. Só pode ser entendida como crítica radical aquela que se autotranscende, que vai para além dela, que por seu valor se confirma na prática.

Prática radical é *metapolítica* pois alcança a raiz da política.

A prática radical principia pela crítica radical a toda prática desenvolvida nos últimos 150 anos. E como a radicalidade, a raiz do homem, é o próprio homem, a crítica radical tem de partir da crítica à individualidade atual, para chegar à crítica-revolucionária que revoluciona os próprios indivíduos.

É preciso necessariamente afirmar a metapolítica como prática radical - única radicalmente com sentido na atualidade, mesmo porque só ela permite articular uma prática política defensiva (na transição para a globalização), e abrir as portas para o enunciado da revolução social.

Em lugar do oposicionismo politicista atual - pautado no estatismo econômico, na perfectibilização do estado e a espera da explosão dos sem-trabalho - ascender ao *status* de oposição proponente que, reconhecendo e

criticando as leis do desenvolvimento do capital, por isso mesmo, na ordem presente do capital globalizado e sob o impacto contraditório dos novos índices de produtividade proporcionados pelo desenvolvimento de ponta das forças produtivas, aponta na direção da propriedade e produção [sociais].

Práticas defensivas não se confundem com oposicionismo politicista, pois as políticas defensivas podem estar inseridas na articulação global das práticas, guiadas pela boa teoria e a metapolítica. Assim, por exemplo, luta pelo emprego, defesa salarial e condições de trabalho estariam informadas por aquelas e não seriam confundidas com o DISTRIBUTIVISMO, tal como há anos vem ocorrendo.

Crítica radical é a crítica da política: no caso brasileiro engloba o governo, para além deste o poder político constituído, bem como as próprias oposições. Só isso é radical. Não a indiferença cética, mas a tomada de posição contra a política, o desenvolvimento da metapolítica, que evita a ilusão, socialmente desmobilizante, e a corrupção imediata, incontornável na prática política tal qual é e não pode ser mudada. Onde o estado pudesse ser perfeito ele seria inútil e enquanto tal um peso, um ônus, um desperdício pernicioso.

À época de Marx, a superação da Economia Política foi a condição de possibilidade do pensamento científico, o acesso para o exame de rigor da sociabilidade.

Hoje, para o mesmo fim, é necessário renovar a superação da política, que Marx efetuara na transição ao seu pensamento original (1843/1844). A superação da política é a condição necessária da reposição do imperativo da revolução social.

Rejeição de todos os partidos e equivalentes⁶ porque se assume uma posição radical pela perspectiva do trabalho, radicalidade que obriga inclusive a reconhecer e compreender o debilitamento estrutural do proletariado fabril ou tradicional.

Será necessário explicar muito bem essa questão, porque é necessário não deixar que se confunda metapolítica com desmobilização, recusa à participação política ou até mesmo à adesão partidária. Negação da participação que os cabotinos alardeiam para legitimar seu comprazimento em “usar e ser usado” pelos grupos de conveniência autoproclamados de esquerda.

A política não é um atributo necessário do ser social, mas contingente no seu processo de auto-entificação.

A prioridade nas formações sociais é, pois, “um sistema de laços materiais entre os homens, determinado pelas necessidades e o modo de produção/.../ mesmo sem que exista ainda qualquer absurdo político ou religioso que contribua também para unir os homens” (*A Ideologia Alemã*, Pleiade III, p.1.061). O modo de cooperação ou estado social - o modo de cooperação é ele mesmo uma “força produtiva” (*Idem*, p. 1.060). O conjunto das forças produtivas acessíveis ao homem determina o estado social (*Idem*).

O “modo de cooperação” compõe a base insuprimível das formas de sociabilidade - matriz da totalidade da existência social.

Não há política radical, pois todo ato político é um meio, que não possui finalidade intrínseca, mas é o instrumento de um conteúdo, ou seja, de um objetivo externo a ele. Exceção feita aos processos e atos políticos que, ao se

realizarem, visam inclusive a sua auto-dissolução, isto é, só é radical o ato metapolítico. Donde, a radicalidade é a identidade da metapolítica.

Metapolítica como natureza de uma forma de atuação política que visa a superar, revolucionariamente, a política e a base social que a engendra. Nesse sentido radical como raiz, e a raiz do homem é o homem.

“A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil” (*A Miséria da Filosofia*, p. 160).

A prática radical não pode ser uma simples política de oposição - este é o simples jogo institucional democrático levado à perfeição (situação x oposição), que subentende alternância de poder sob o mesmo sistema material de existência. Isso é o limite não desprezível da democracia, a liberdade limitada da vida limitada do capital, mas não a prática radical, que visa e se identifica pela república social do trabalho. Só o potencial emancipatório da lógica humano-societária do trabalho - mais importante hoje do que em qualquer momento do passado - pode estabelecer tais diretrizes - e só o trabalho oferece a estrutura estratégica para todos os movimentos particulares na defesa com sucesso de seus alvos específicos (Ver Mészáros, *O Poder da Ideologia*).

Isso é esquerda. E não existe atualmente.

3 – PRÁTICA RADICAL E INDIVIDUAÇÃO SOCIAL

A prática radical tem de levar em consideração as relações entre indivíduo e gênero, ou seja, a questão metapolítica da organização e do poder comuns.

“A troca, tanto da atividade humana dentro da própria produção, quanto de produtos humanos uns pelos outros, é equivalente à atividade genérica e espírito genérico, o modo de existência realmente consciente e verdadeiro do que é atividade social e gozo social. Desde que a natureza humana é a verdadeira comunidade dos homens, ao manifestar sua natureza os homens criam, produzem, a comunidade humana, a entidade social que não é um poder universal abstrato oposto aos indivíduos singulares, mas a natureza essencial de cada indivíduo, sua própria atividade, sua própria vida, seu próprio espírito, sua própria riqueza” (Marx, Sobre James Mill (1844), *Collected Works*, Vol. 3, pp. 216-17 - texto imediatamente anterior aos *Manuscripts Economico-Filosóficos de 1844* - ligar o texto à VI Tese *Ad Feuerbach*).

Tendo em vista que “o homem é o que faz e como o faz” (Marx, *A Ideologia Alemã*), e que não pode ser concebido de outro modo, a não ser recaindo em mitos e supostos naturalistas ou transcendentais, os processos de individuação, reconhecidos na qualidade de sínteses máximas de todas as ordens de determinação, se impõem como tema e esfera privilegiados na percepção e delineamento das perspectivas de futuro. Isso implica a análise exaustiva da relação fundante e matrizadora entre formas de sociabilidade e individuação, e só por esta via podem ser concretamente examinados.

Assim a recuperação de perspectivas revolucionárias depende da dilucidação do processo formativo da individualidade, de modo que a *história real e ideal ou concreta e reflexiva da formação do humano* constitui a base - para o entendimento e a escolha teleológica possível - do tracejamento que divisa e projeta o passo para além dos limites e das mazelas atuais.

A individualidade ou processo de individuação, considerados na sua efetividade de sínteses máximas das formas de sociabilidade (“a essência humana é o conjunto das relações sociais” – VI Tese *Ad Feuerbach*), contém em si o efeito substantivo de todas as formas e meios que pautam - estruturam e movem - o emaranhado da existência social, ou seja, a individualidade é a síntese máxima da produção social, em outros termos - a sociabilidade se realiza e se confirma na individualidade - e pela qualidade desta pode ser avaliada. Ou melhor, o critério por excelência da avaliação qualitativa das formas de sociabilidade é o caráter da individuação por ela engendrada, pelos tipos de indivíduo que ela fabrica, pela escala dessa produção, pelos limites que impõe a ele e por toda sorte de possibilidades e constrangimentos que estabelece.

De sorte que o desvendamento da individuação e de suas qualificações e desclassificações históricas, no andamento contraditório de sua infinita marcha constitutiva (intensiva e extensiva), demanda a delucidação efetiva de todos os patamares ou mediações das formas de interatividade social. Explicar o homem é entender um resultado social pela compreensão da sociedade na unidade das instâncias que a integram.

Presente nas distintas formas de sociabilidade, posto e reposto com impulsões variáveis, mais ou menos indutoras ou restritivas, o processo de individuação é, positiva e negativamente, revolucionário. Em sua positividade estrutural de longo curso, gera, alarga e qualifica o complexo categorial do humano, realiza em dada medida a potência desse ser aberto; em suas vicissitudes concretas, no curso efetivo de tempos históricos precisos, se apresenta contraditoriamente, não só como restrito mas corruptor de latências contidas na figura dessa “abertura” em vir a ser. Tal como referida por Marx, a individuação tem se dado na forma da alienação - edifica, faz emergir, bem como entorpece e desnatura.

Sob essas dimensões, positivas e negativas, a individualidade é pois estabilidade evanescente, compelida à mudança, a metamorfoses constantes, por vezes rápidas e imperiosas, em outras, de modo mais lento e voluntário, de sorte que individuação é sempre assentamento tensionado, para o qual mutação e diferenciação são dinâmicas permanentes. Desde a simples diversidade de papéis que todo indivíduo encarna no dia a dia de sua existência cotidiana, até as mutações dramáticas que dele são exigidas seja por inflexões da sociedade civil, seja nos passos da participação política. Tudo isso compreendido em formas sociais que alargam ou estreitam, exaltam ou sepultam toda ordem de valores, e ainda sob a dinâmica compreendida e propugnada pelo existir, sentir e pensar dos indivíduos, de suas satisfações e repulsas, em suma, à propensão de vir a ser mais - de se autogerir.

Como ninguém traz amarrado ao peito o embornal de sua essência, essa se faz, desfaz e refaz no revolucionamento permanente de ser indivíduo, por dinâmica intrínseca e extrínseca ao mesmo.

“A transformação em larga escala dos homens para criação em massa da consciência comunista”, a supressão de todas as classes (*A Ideologia Alemã*, Grijalbo, pp. 107-9 !!!)

“As circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias” (*Idem*, p. 57).

A produção material como essencial na universalização da individualidade (*Manuscritos de 44*, Editions Sociales, p. 64).

“É precisamente no fato de elaborar o mundo objetivo que o homem começa a se fazer um ser genérico. Essa produção é sua vida genérica ativa. Graças a esta produção, a natureza aparece como sua obra e sua realidade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: pois este não se espelha a si mesmo somente de modo intelectual, como na consciência, mas também ativamente, realmente, contemplando-se em um mundo que ele mesmo criou. Desse modo, enquanto que o trabalho alienado despoja o homem de sua produção, ele o despoja de sua vida genérica, sua verdadeira objetividade genérica [objetividade social], assim como, degradando ao nível de um meio a atividade própria, a atividade livre, o trabalho alienado faz da vida genérica do homem o meio de sua existência física” (*Idem*, p. 64).

“As relações de dependência (a princípio inteiramente espontâneas) são as primeiras formas sociais em que se desenvolve a capacidade produtiva humana ainda que em grau reduzido e em pontos isolados. A independência das pessoas fundada na dependência objetiva é a segunda grande forma. É a forma em que, pela primeira vez, é formado um sistema geral de metabolismo social, de necessidades multilaterais, de relações e capacidades universais. A livre individualidade, fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos que subordinam sua produtividade social, comunal como sua riqueza social, constitui o terceiro estágio. O segundo estágio cria as condições para o terceiro.”(*Grundrisse*, Penguin, p. 610).(Tomar também trecho de *O Capital*, v.III, Tomo 2, ed. Abril, p. 273)

“A história do desenvolvimento das forças produtivas é a história do desenvolvimento das forças dos indivíduos mesmos” (Marx, *A Ideologia Alemã*, Rubel, pp. 1.115-7).

As forças produtivas e relações sociais constituem “o duplo princípio do desenvolvimento do indivíduo” (Marx, *Grundrisse*, Rubel, p. 307).

A riqueza é identificada como “a apropriação pelo homem de sua própria força produtiva universal, a inteligência e o domínio da natureza pelo conjunto da sociedade - em suma, o desabrochar do indivíduo social” (Marx, *Grundrisse*, Rubel, p. 306).

3.1 - Contra o Coletivismo

“O coletivismo não é mais do que a duplicação /.../ do intercâmbio egoísta” (*Grundrisse*, Ed. alemã, p. 156; Ed. Siglo XXI, p. 183).

A vida individual não tem a finalidade da realização coletiva, nem a finalidade de cada um é a realização do outro.

Mas, os outros são partes fundamentais da minha riqueza, forças sociais que reconheço como forças pessoais, numa reciprocidade que vai à exaustão. É a interdependência para a confirmação máxima de cada indivíduo.

Cada um tem a finalidade de realizar a si mesmo, mas enquanto tal necessita dos outros e tanto mais se realiza como indivíduo quanto mais seja capaz de incorporar, como suas próprias forças pessoais, a globalidade das forças sociais constituída por todas as outras individualidades.

3.2 - Quadro atual da Individuação

“O limite do capital aparece na constatação de que todo o seu desenvolvimento se desenrola de maneira antagônica e de que a eclosão das forças produtivas, da riqueza geral etc., do saber etc., se manifesta de tal maneira que o indivíduo trabalhador aliena-se, ele mesmo, vinculando-se às condições que lhe foram impostas não para o enriquecer, mas para servir ao enriquecimento de outrem, às expensas de sua miséria” (Marx, *Grundrisse*, Rubel, p. 253).

Num mundo invertido, as idéias congruentes com ele têm de refletir e consagrar (ou fazer a denúncia crítica dele) essa inversão, ou seja, a inversão do mundo é o complexo categorial efetivo do falso socialmente necessário.

Donde, cabe, necessariamente, determinar a inversão: produção da riqueza -> desprodução do homem; domínio da natureza pelo homem -> perda de domínio do homem sobre si. Ou seja, o homem estabeleceu a soberania sobre a natureza, mas perdeu o domínio sobre si mesmo, sobre sua vida.

Os homens desenvolveram suas forças essenciais em relação aos objetos da natureza, mas não foram capazes ainda de desenvolver suas forças essenciais relativas a si mesmos, ou seja, em relação à sociabilidade.

Objetiva e subjetivamente, no que tange à sua autoconstrução, vale dizer, no que se refere às formas de cooperação, às relações sociais, isto é, à sua essência, perdeu todas as ilusões, abandonou todos os sonhos e se conforma à impotência na forma da ética e do imaginário.

O homem - único ser que não é *dado* pela natureza, que não vem dado, não é completo naturalmente.

O homem como ser impotente é o homem necessário ao império do capital que completou seu domínio contraditório, inclusive por isso. A superação dos limites e não o conformismo com estes é que é autoconstrução.

Ceder às pulsões e ao imaginário é renunciar aos atributos, à potência do ser autoposto e se render e se conformar à impotência do homem apropriado à ordem do capital autoposto.

Os homens, os indivíduos, vão sendo paulatinamente devorados pela lógica do capital - da cisão entre público e privado (o efetivo aqui é falar entre se reconhecer pelo gênero ou se pôr fora dele) até à desestruturação radical da individualidade autoposta. A cisão entre público e privado é, de fato, a cisão dos homens entre si, a contraposição de todos contra todos.

A falta de caráter como traço necessário da individualidade atual, corresponde à lógica do capital auto-expandido. O homem sem caráter como a individualidade que corresponde às necessidades da ordem do capital; incapacitado de se autopor, de se auto-edificar enquanto homem, ou seja, de se confirmar em suas potencialidades.

Homem atual guiado/norteadado pela competição da safadeza.

O homem para o qual valores e dignidade não têm mais significado, pelos quais não pode se reger, porque se as considera se exclui do mundo efetivo.

Na atualidade, as demandas individuais são cada vez mais mesquinhamente práticas e imediatistas, sob o império da redução de todo interesse a simples interesse pessoal.

Hoje, pode-se dizer dos indivíduos em geral o que Marx disse a propósito de Stirner: “Orgulha-se da sua própria individualidade miserável e da sua própria miséria” (*A Ideologia Alemã*, vol.II, p. 113).

3.3 - teorias da justificação da depleção

O que mais assusta as correntes predominantes (as mais difundidas e aceitas, a psicologia contemporânea ou as filosofias da desconstrução) é que, para além dos lineamentos da metafísica clássica, o homem se evidencie como o produtor de si mesmo, pois isso obriga a reconhecer os atos do mesmo como decisivos e responsáveis, deixando de saber como sustentar então seus vícios mais amados (maldade natural).

Entendido como produtores de si próprios, os homens não podem mais admitir a cômoda concepção para a qual a natureza é responsabilizada pela maldade dos homens (ver Marx, *Manuscritos de 44*, Ed. Abril, p. 15).

Ao lado da teoria da maldade natural, tem-se o espírito do EUDEMONISMO, doutrina em que a felicidade individual ou coletiva é fundamento da conduta humana moral, isto é, que são moralmente boas as condutas que levam à felicidade. O eudemonismo substituiu o espírito de sacrifício do passado, ou seja, a substituição de um erro incômodo por outro mais cômodo, sem se elevar.

A fragmentação do mundo moderno em face da coesão antiga.

A ironia romântica na obra de Schlegel, segundo Szondi, era fruto de uma elaborada meditação filosófica acerca da história. O tema não era original de

Schlegel, pois lamentar a fragmentação do mundo moderno, à luz da coesão da Antiguidade, era assunto de todos, de Schiller ao jovem Hegel. Cisão, desmembramento, atomização, são indícios da “aliança” moderna, como era dito, que Schlegel enfeixou sob o signo da Reflexão, que separa e isola, condenando o sujeito moderno à consciência, o que pode não ser um avanço em relação à integridade substancial do homem antigo. A novidade de Schlegel não deve ser procurada na afirmação de que a modernidade é esse enorme girar em falso do entendimento emancipado, mas no reconhecimento de que a demanda de unificação talvez não esteja destinada a encontrar satisfação. Até lá resta o expediente da ironia. Escreve Szondi: “O sujeito da ironia romântica é, assim, o homem isolado, que se tornou seu próprio objeto, e privado pela consciência do poder de agir. Ele aspira à unidade e à infinitude, mas o mundo aparece-lhe fissurado e finito. O que chamamos ironia é a tentativa de suportar sua situação crítica pelo recuo e pela inversão” (Arantes, P., *op. cit.*, p. 222).

Afinal quem é esse homem moderno cujo destino é a consciência que lhe tolhe o poder de agir? Hamlet, o primeiro intelectual da literatura moderna. ... *Quando se pensa a originalidade da idade moderna nos termos de uma fusão irrecorrível entre vida do espírito e alienação, é natural que o seu protagonista máximo seja encarnado por um intelectual.* ... Enfim um humanista irresoluto: nisto precisamente reside a ironia, nessa existência malograda, porém altamente intelectualizada, nessa ausência de vontade inteiriça e caráter uno. Szondi fala antes da marginalidade social do homem culto na “miséria alemã” do que no isolamento do homem moderno. *O mecanismo compensatório da ironia - toda ela distância e interversão - é uma carapaça protetora de interesse local. A ironia é uma das formas fundamentais da existência malograda do intelectual alemão. Ironia é antes de tudo “disfarce e fingimento”* (Idem, pp. 222-24).

O mundo burguês (a ordem do capital e do capital atrófico) se tornou espiritualmente insuportável porque se converteu no reino da indignidade. E a luta de todos contra todos, que na Renascença foi a cratera de onde irrompeu incandescente a afirmação de todas as possibilidades, redundou na aporia - morte ou impostura.

De outra parte, só restou o conformismo da amoralidade. A destituição do homem como modo único de liberdade, a liberdade negativa de não ser, isto é, a presença da individualidade na forma mais mesquinha de alienação. Todavia, nessa desvalia, resta o mal-estar íntimo do irrealizado, de ser apenas por não ser, que a ironia ou o cinismo são incapazes de camuflar para o próprio cínico, donde a sensação de vácuo, de má consciência e de desconfiança da própria impostura. Essa fraqueza e platitude não suportam olhar para o espelho, por isso, de costas, procuram arrebetá-lo a pedradas.

A supressão da individualidade real, reduzida à subjetividade na modernidade (indivíduo isolado no capitalismo e também no coletivismo do pseudo-socialismo), faz pretender a recuperação de um padrão antigo.

Nisso tudo pode-se ver uma luta pela individuação, que na modernidade (capitalismo e sua pseudonegação no socialismo real) só poderia emergir na

forma da alienação. A individualidade é a afirmação por sua negação - afirmação subjetiva e sua negação objetiva, indivíduo isolado no capital e coletivismo no pseudo-socialismo, ambos negam objetivamente sua entidade ou entificação objetiva, ou seja, sua qualidade de indivíduo social.

Tanto no indivíduo isolado, como no coletivizado é negada sua individualização social: ambos são apenas mobilizados subjetivamente - para a felicidade individual no primeiro, e para a felicidade coletiva no segundo - enquanto objetivamente são trucidados/suprimidos.

Exaltação da subjetividade do indivíduo isolado que na prática social nega a sociabilidade - a conexão com o outro. Exaltação da subjetividade no coletivismo que na prática social nega a individualidade.

As individualidades aparecem como presença absoluta, precisamente porque se tornaram irrelevantes.

Dito à la Nelson Rodrigues: “o ser humano é de classe média” (e dito à la Kurz - o indivíduo é irrelevante).

Isso parece ser todo o centro do pensamento atual e também da pseudo-esquerda. Não é mera coincidência a convergência atual entre a depleção radical da individualidade e a morte da esquerda organizada enquanto esquerda. Estes são aspectos correlatos do quadro atual, marcado pelo futuro ausente, e para a grande maioria por um conformismo satisfeito - aspirações da maioria ficam ao limite do “ter” da lógica do capital.

Irrelevância dos conteúdos e a supremacia da forma (fonte última disso é a forma mercadoria).

Na cultura - o alto nível como forma, tendendo à redução absoluta do conteúdo; qualquer tema é válido.

O mesmo na pseudo-esquerda: o progressismo como forma, a agitação como prática, o valor político como conteúdo, o nominalismo como conteúdo, o clichê como conteúdo.

A homogeneização dos indivíduos, das idéias e dos valores pela banalização das opiniões e das paixões (com seu implícito da natural desorganização psíquica etc.) é dada, ao fundo ou na raiz, pela sociabilidade da troca de valores, onde todos aparecem como iguais e em competição (cf. Alves, A. J. L., *A Individualidade nos Grundrisse de Karl Marx*, cap. III, p. 78). Indivíduos de valor igual e substituíveis (*Idem*, p. 80).

Tudo aparece enquanto relações e valores pessoais: interesses, idéias, verdades etc. iguais. O que é verdade, mas a verdade na forma da alienação, na forma da alienação do processo de criação e afirmação da individualidade.

Na ordem do capital, os indivíduos aparecem em equivalência originária.

Vontade individual como pura aparência na ordem do capital. Agora é o valor (de troca), não mais a comunidade antiga (da primitiva à feudal) que exerce a coerção (*Idem*, p. 79). Na ordem do capital, portanto, o que se dá é o confronto entre indivíduos indiferentes (*Idem*, p. 79). Igualdade social no capital é anulação da própria individualidade (*Idem*, p. 81). Portanto, verdade e falsidade são equivalentes.

A troca de valores, ou seja, a “conexão entre coisas neutras”, matriz dos indivíduos indiferentes, e da homogeneização entre opiniões, idéias e valores,

fundamento concreto do igualitarismo burguês, todavia, - é melhor do que o quadro pré-capitalista.

A esquerda hoje precisa se centrar na “irrelevância do indivíduo”, o produto síntese da lógica do capital: forma e conteúdo da lógica do capital.

Ter caráter é negar a legitimidade da lógica do capital.

3.4 - indivíduo e revolução

A revolução social como possibilidade real, posta pela lógica onímoda do trabalho, não é a afirmação de uma classe - dita universal, mas a afirmação universal do homem. Não é a afirmação do proletariado como classe universal, mas da sua condição de classe negada, de uma classe que não é uma classe da sociedade civil; é essa condição de classe negada - que não reivindica nenhum privilégio histórico, mas a simples condição humana - que é a mediação para a afirmação da universalidade humana dos indivíduos universalizados.

Isso não implica o céu na terra, a ausência absoluta de entraves sociais, de estranhamentos, no prosseguimento infinito da humanização daí para a frente, não significa a supressão definitiva de toda ordem de empecilhos na universalização dos indivíduos de uma vez por todas, mas que a vida humano-societária é uma luta infinita contra os estranhamentos, ou seja, essa luta coincide com a infinitude do processo de hominização.

Mas, em cada época e em todos os momentos de uma época histórica dada, certo tipo de estranhamento em especial constitui o entrave fundamental a ser objetivamente aniquilado: hoje, a propriedade privada dos bens de produção e o estado - é preciso considerar em concreto esse aspecto, para não raciocinar, supor, nem levar outros à suposição de que se trata de uma utopia, o que é sempre uma fragilização.

O marxismo não cuidou disso, e em certas vertentes, do marxismo vulgar ao altamente sofisticado, até mesmo se contrapôs a isso sob alegações diversas: desde um abstrato coletivismo, que na ação levou a práticas abomináveis, até pundonores anti-humanistas cultivados em nome da crítica radical ou do rigor científico. Vieses que não só não condizem com a reflexão marxiana, mas que desarmam em relação ao centro nervoso da questão revolucionária, bem compreendida como necessidade e possibilidade do processo histórico de entificação das formas de individuação, que são mais ricas e complexas do que qualquer outra formação social, inclusive as classes, que pertencem desde logo aos limites e obstáculos da individuação, dos quais é preciso se emancipar. (As classes são meios da revolução, não seu fim.) Uma sociedade sem classes é possibilidade objetiva e télos; sem processos de individuação, um disparate aberrante, cuja ignorância, promovida pela ênfase das classes, já se fez fanatismo prático, que a reflexão deve exorcizar.

“A história social dos homens é sempre a história de seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência disso” (Marx, Carta a Annenkov, 12/1846, p. 207).

“Toda a história não é mais do que uma transformação contínua da natureza humana” (Marx, *A Miséria da Filosofia*, p.138).

“Na atividade revolucionária, a modificação das condições exteriores e a modificação de si mesmo coincidem” (Marx, *A Ideologia Alemã*, Rubel, p. 1.182, in Teixeira, P.T.F., *A Individualidade Humana na Obra Marxiana de 1843 a 1848*).

“A concorrência isola os indivíduos uns dos outros /.../ apesar de os aglutinar” (Marx, *A Ideologia Alemã*, Grijalbo, p. 96).

A necessidade para além das necessidades elementares ou vitais é o primeiro ato histórico (ver Marx, *Idem*, p. 40).

A revolução não pode ser o culto da miséria do homem destituído, mas tem de partir das dimensões afirmativas - apropriação da natureza. “Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção /.../ transformam todas as relações sociais” (Marx, *Miséria da Filosofia*, Segunda Observação, p. 105).

O dilema é - e a teoria tem de o refletir - a afirmação do homem social ou a afirmação do capital.

É isso que liga a prática radical à emancipação humana.

A revolução é passível de ser posta não pela perspectiva e dinâmica da pobreza, mas do prisma e da dinâmica (desenvolvimento das forças produtivas e da aspiração da autenticidade das individualidades) da universalização dos indivíduos, da emancipação humana.

A questão é - como se articula a universalização das individualidades com as configurações das categorias sociais produzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Sem a figura da categoria social, a universalização da individualidade é uma determinação abstrata.

Marx pode ter se enganado sobre a forma da revolução e a identificação de seu agente, mas acertou em cheio sobre seu objetivo fundamental - a emancipação humana. Revolução é: derrubada e modificação do “poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e da estrutura social” (Marx, *A Ideologia Alemã*, Grijalbo, p. 68).

[Revolução é] reapropriação das potências produtivas sociais pelos indivíduos associados⁷.

A revolução não pode ser vista pelo retrovisor.

Não é cultivando as cruces do passado que a revolução poderá ser reposta no foco teórico do presente e no horizonte prático do futuro.

A revolução deve tirar poesia do futuro, não do passado.

(Ver Marx, *18 Brumário*, Abril Cultural, p. 331)

A falta de teoria na esquerda é mais aguda que no passado.

A “esquerda” não tem plataforma teórico-política que a aglutine e mobilize, nem nacional nem mundialmente.

A distribuição não é a questão chave (ver Marx, *Crítica do Programa de Gotha*, Editions Sociales, p. 233).

O socialismo do ponto de vista nacional é de Lassalle (*Idem*, p. 234).

A organização da classe operária em seu próprio país (campo imediato de suas lutas) não é por seu conteúdo, mas por sua forma (*Idem*, p. 235).

Cooperativas independentes - criação independente dos trabalhadores - não protegidas nem pelo governo, nem pela burguesia (*Idem*, p. 238).

Pé servil no estado, superstição democrática (*Idem*, p. 241).

4 – REVOLUÇÃO SOCIAL: PERSONIFICAÇÃO HISTÓRICA

x

LÓGICA DO TRABALHO

Há que compreender que a revolução - a desobstrução e o recentramento da atividade crítico-prática nos processos de autoconstrução humano-societária, culminando na reconversão por inteiro do metabolismo social - é infinitamente mais importante que qualquer categoria social, ou seja, dito com todas as letras: *a revolução universal ou emancipação humana é mais importante que qualquer um de seus agentes reais ou imaginários, inclusive mais importante do que aquele que até aqui foi mais reconhecido e valorizado - o proletariado*, em especial quando evidências largamente acumuladas apontam que sua esperada função histórica não se cumpriu, nem mais poderá ser cumprida na forma e sob a encarnação que, no passado e com razão, lhe foi conferida (forma do processo que cumpriria e encarnação dele como agente).

A sustentação da necessidade da revolução não se dá mais, inclusive nunca se deu em Marx, para quem o proletariado sempre foi meio e não fim, por invocação de uma figura específica da esfera do trabalho, mas é esta, ou mais precisamente, sua lógica onímota que tem de ser resgatada e preservada como fonte de perspectiva de futuro. Donde a importância da identificação de suas parcelas mais avançadas, plataforma da ilação de futuro, suas possibilidades de assumir e desempenhar a função de agente, não deixando de examinar a integração de todos os setores do trabalho como os vetores energéticos da força social global necessária para a efetuação das transformações radicais integrantes de uma nova configuração da mundaneidade humana. O que está em jogo, pois, não é o simples futuro de uma classe, mas o devir do gênero humano, considerado na sua concreta configuração de infinitude de indivíduos.

A análise politicista do século embaralhou e confundiu o agente, o meio, na figura do proletariado, com a finalidade, o desenvolvimento humano do gênero - o universal concreto dos homens. As derrotas e impasses dos últimos 150 anos - duração de toda a história “proletária” - com ênfase particular nas vicissitudes atuais do universo do trabalho, induzem ao menos, se o propósito for a sustentação da revolução, à necessidade de desfazer as confusões e os mitos criados para tornar possível o resguardo e a revitalização da propositura da revolução, como necessidade vital dos homens, e não como mesquinha classista e partidária, com que os descaminhos de um século largamente contraditório a corrompeu até à morte.

Assim reconhecida, a revolução social como possibilidade real, posta pela lógica onímota do trabalho, não é a afirmação de uma classe, dita universal, mas a afirmação universal do homem. Não é a afirmação do proletariado como classe universal, mas da universalidade da negação de sua condição de classe, de classe que não é mais uma classe da sociedade civil etc. É essa condição de classe negada, da negação universal da classe do trabalho - que não reivindica nenhum privilégio histórico, mas a simples condição humana - que se configura como mediação para a afirmação da universalidade humana dos indivíduos progressivamente universalizados pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas de um desenvolvimento dado [até aqui] na forma da alienação - na forma da desapropriação de si.

Temos em suma o seguinte processo contraditório: 1) universalização do homem, “enriquecimento da essência/natureza humana” pelo desenvolvimento das forças produtivas; 2) mas enriquecimento da essência humana na forma da alienação, ou seja, pela desapropriação material e espiritual do agente da atividade vital.

A revolução marxiana não concebe a elevação de uma classe ao poder, mas a liberação da humanidade de todas as classes.

“Afinal de contas, a sociedade não encontrará seu equilíbrio, a não ser no dia em que ela gire em torno do trabalho, seu sol.” (Apêndice de 75 às *Revelações sobre o Processo dos Comunistas...*, Rubel, Política, I, p. 648.)

No *Manifesto Comunista*: “Uma vez que, no curso do desenvolvimento, tenham desaparecido as diferenças de classe e se tenha concentrado toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político, propriamente falando, é a violência organizada de uma classe para a opressão da outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado se constitui indefectivelmente em classe; se mediante a revolução se converte em classe dominante e, enquanto classe dominante, suprime pela força as velhas relações de produção, suprime, ao mesmo tempo que estas relações de produção, as condições para a existência do antagonismo de classe e das classes em geral e, portanto, sua própria dominação como classe” (Ed. Progresso, p. 50).

Classe universal é um conceito hegeliano, tal como se vê no § 303 e nos parágrafos anteriores da *Filosofia do Direito* (Ed. Martins Fontes, p. 276 e

EDHASA, p. 389). Marx transcreve como - “Der Allgemeine” e também “Der allgemeine Stand”.

Mostrar que é uma impropriedade absoluta transladar esse termo para o universo marxiano, a propósito da identificação ou qualificação do proletariado ou qualquer outra categoria social da esfera do trabalho, pois enquanto a hegeliana classe universal designa uma entidade que “inclui em sua determinação de modo imediato ter o universal como fim de sua atividade essencial, no exercício do governo”, e enquanto tal é permanente e assim deve ser compreendida e mantida (peça fundamental do poder governamental), para Marx o proletariado só se realiza como negação da negação, ou seja, ao dissolver todas as classes da sociedade, dissolve a si próprio, seja porque reorganiza pela raiz a estrutura social, seja porque suprime o estado, de sorte que sua “universalidade” é a dissolução universal das formas de dominação, e não ser o agente de uma dada forma de dominação. Não é universal em si por sua positividade, mas negativamente por sua função dissolutora de todas as classes. O que é a outra face da universalidade de sua miséria que a torna uma classe que não é classe (Cf. Marx, *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel. Introdução*).

O proletariado como classe mística, na esteira do ser hegeliano como “substância mística” (Marx) tem sua sagração teórica em *História e Consciência de Classe* enquanto sujeito/objeto idênticos.

Já na *Introdução* 43-4, Marx deixa claro que proletariado não é classe universal (classe que não é mais classe... etc.), mas esfera universal “por seus sofrimentos”. Onde se encontra, pois, a possibilidade positiva da emancipação alemã? Resposta: “na formação de uma classe cujas cadeias são radicais, de uma classe da sociedade burguesa que não é nenhuma classe dessa sociedade, de uma categoria que é a dissolução de todas as categorias, uma esfera que possui caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reivindica um direito particular, /.../. *Essa dissolução da sociedade, encarada como uma categoria social particular, é o proletariado*”.

Só universal porque universalmente negado. Só negativamente universal. Só universal por sua exclusão.

O proletariado, estritamente como a classe dos trabalhadores urbano-industriais, não foi propriamente vencido em seus 150 anos de lutas, mas simplesmente não foi capaz de se realizar como a dupla negação prevista por Marx. Materializou-se apenas enquanto primeira negação, enquanto expressão da pobreza e da opressão, só como figura da exploração capitalista, lutou apenas como vítima da miséria. Jamais se materializou como negação da negação, aquele que, ao negar a própria negatividade e se auto-suprimir, suprime a miséria espiritual e material de modo universal. Foi simplesmente incapaz de lutar como a negação da negação.

Ou seja, negação da negação:

1) O trabalhador enquanto tal é socialmente negado, é uma classe que já não é classe, como tal é miséria material e espiritual - o negado, o excluído da forma de sociabilidade, para a qual só conta como força de trabalho, uma mercadoria medida pelo valor, em suma e literalmente - é excluído do gênero humano. Enquanto tal se debate em lutas por salário e por condições e possibilidades de trabalho; nessas lutas se agita como mercadoria em torno de

seu valor e pelas possibilidades e condições de seu uso. Não visa à lógica produtora de sua miserabilidade sub-humana, mas apenas aos efeitos mais imediatos dessa condição: é uma luta sobre efeitos, por mitigá-los e resistir à desvalorização.

2) Só é negação da negação ao se voltar contra as causas, a condição que o produz como miséria material e espiritual.

3) O proletariado contém apenas a possibilidade de ser a negação da negação, que lhe é conferida de modo intrínseco e ineliminável pela lógica onímoda do trabalho. Essa potência ou propriedade não é uma particularidade autônoma e exclusiva do proletariado, ou de qualquer outro contingente temporário do trabalho alienado. Os contingentes de ponta em geral podem ter a possibilidade de encarnar essa potência, mas não a realizam obrigatoriamente. Nem por isso, pelo fracasso desse ou daquele agente concreto, essa possibilidade desaparece. É um bem potencial das formas mais avançadas do trabalho, não de um de seus agentes em especial, que se mantenha para sempre como categoria particular. Uma potência universal do trabalho que, enquanto tal, se conserva para além da era do capital como êmulo constante da revolução permanente do homem na infinitude de sua humanização. Latência nas formas do desenvolvimento das forças produtivas do gênero, que pode ser encarnada, na sucessão histórica, por agentes distintos, cuja identidade será sempre a do contingente que trabalha com a tecnologia de ponta.

Proletariado é o produto mais autêntico da grande indústria. (Ver Marx, *Crítica ao Programa de Gotha*, p. 234.)

(A questão hoje é divisar o produto mais autêntico do novo patamar da forma de produção do capital. A pergunta hoje é: o que é hoje a grande indústria, qual a base de sua criação do valor, e quem é seu “produto mais autêntico”.)

“Fazeis com a palavra *proletariado* o mesmo que os democratas fazem com a palavra *povo*: a converteis em objeto de adoração.” (Trecho da ata da última reunião londrinense da Liga dos Comunistas, in *Biografia do Manifesto*, p. 481 e *Cartas Filosóficas*, p. 61.)

A negação da negação subentende caráter, retidão etc. etc.

O baixo nível em teoria corresponde à baixaria na prática, à prática cavilosa e amesquinhada dos que se contentam em vender opúsculos na franja do sindicalismo cutista.

O baixo clero toma o proletariado como mito, perdendo assim a oportunidade de reconhecer, se for o caso, que uma certa forma de vanguarda do trabalho - uma das expressões no pólo técnico da atividade vital - está em dissolução, e de indagar qual a forma emergente da linha de frente do trabalho, e se esta contém ou pode vir a conter os traços potenciais para a dissolução do sistema do capital. Ser radical é isso e não a reiteração de um mito impotente para a revolução.

Para o baixo clero vale a formulação de Talleyrand: “o que eles fizeram (e estão fazendo) é pior do que um crime, é um erro”.

Certa esquerda acadêmica organizada oferece, sem peias, seu tabuleiro de refugos históricos.

O proletariado hoje se encontra: em processo de redução numérica; superado como agente tecnológico de ponta; humano-societariamente desmoralizado e intimidado pelo desemprego crescente; sindicalmente em refluxo defensivo e historicamente desmoralizado pela perversidade do extinto processo soviético.

Se essa é a figura do titã da revolução, estamos diante de um poder redentor da *miséria cristã*, não em face do devir humano do homem tematizado com empenho racional por Marx.

Hoje, pensar a revolução - afirmar seu imperativo - é necessariamente pensar também quem vai substituir o proletário como agente histórico, ou na humanidade como o novo agente.

Hoje, ao não apontar no proletariado a determinação de sua atuação com as forças produtivas mais avançadas, qualquer assalariado pode vir a ser vanguarda de classe, justamente porque não oferece perspectiva de futuro, pois esta deixou de ser considerada, basta a democracia.

Donde, é uma mágica tola se referir ao proletariado, envergonhadamente, por meio de perífrases genéricas e rombudas, que ocultam ou disfarçam sua identidade, mas conservam sua pretendida santidade - isso não passa de um jogo oportunista da cegueira teórica e do oportunismo da incompetência.

Sacralização do proletariado. (Para negação da negação ver Marx, *A Ideologia Alemã*, Ed. Grijalbo, pp. 107-9.)

Para justificar o desaparecimento do proletariado lembrar Marx quando diz que a apreensão positiva do existente subentende compreender seu desaparecimento (*O Capital*, Posfácio da segunda edição, Ed. Abril, p. 21).

Assim, se quiserem chamar de proletariado os novos contingentes de ponta da lógica onímoda do trabalho, paciência, não são os nomes que decidem da natureza das coisas, mas não é uma idéia propriamente feliz, nem como homenagem a um lutador vencido. Se os mais renitentes ou saudosos assim o quiserem, o termo pode ser conservado, contanto que retenha a noção fundamental de significar trabalhador que opera por meio das forças produtivas de ponta.

A questão do proletariado não esgota a problemática e as perspectivas da revolução. A tarefa de desvendar as possibilidades e os caminhos revolucionários estão adiante de nós e não atrás de nós.

Do ponto de vista revolucionário, é muito mais elevado e fértil questionar a figura do proletariado do que insistir na sua afirmação mítica como objeto de adoração, numa prece cuja natureza, como em toda a prece, não pode deixar de ser conservadora.

4.1 - Forças produtivas e lógica do trabalho

É curioso e sintomático, a maioria dos comentaristas sempre apontou para a dimensão civilizatória do capital em suas reconhecidas contradições sistêmicas, mas agora, ao tempo da globalização e do desenvolvimento tecnológico sem precedentes que está em curso e que matriza desdobramentos infinitos, essa referência não só vem cessando de ser feita, como até mesmo passou a ser negada. Seja em sua forma mais simples, como “nexo estrutural entre crescimento da produção e progresso social e cultural”, seja em sua grandeza essencial como nexos entre “desenvolvimento das forças produtivas e enriquecimento da natureza humana”, para aludir de modo taxativo e sumário a uma das teses centrais de Marx.

A razão disso é: economia como fator/economicismo e politicismo. Globalização reduzida à especulação financeira, à política e à ideologia. Isso condiciona a ignorar o fundamental: o desenvolvimento das forças produtivas e *a fortiori* o enriquecimento da essência humana.

No plano teórico é consequência da ignorância na esquerda do pensamento de Marx, e a absorção do desconstrutivismo antitecnológico. No plano real: falência do nacional-estatismo e a derrocada do leste europeu.

TODAVIA: “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial. Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com suas relações sociais. Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São *produtos históricos e transitórios*. Há um movimento contínuo de crescimento das forças produtivas, de destruição das relações sociais, de formação das idéias; de imutável só existe a abstração do movimento - *mors immortalis*” (Marx, *A Miséria da Filosofia*, p. 106). Sinteticamente, a determinação estruturante da sociabilidade provém das forças produtivas.

“Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.” (Marx, *O Capital*, Ed. Abril, Cap. V, p. 151.)

“A natureza não constrói nem locomotivas /.../. Esses são produtos da indústria humana, os materiais naturais transformados em órgãos da vontade humana para dominar a natureza ou para nela realizar-se. São órgãos do cérebro humano criados pela mão do homem; é a potência materializada do saber. *O desenvolvimento do capital fixo mostra a que ponto o conjunto dos conhecimentos tornou-se uma potência produtora imediata, a que ponto as condições do progresso vital da sociedade estão submetidas a seu controle e transformadas segundo suas normas, a que ponto as forças produtivas adquiriram não apenas um aspecto científico, mas se tornaram órgãos da prática*

social e do processo real de existência” (p. 307). (Donde), “o desenvolvimento da ciência, como enriquecimento simultaneamente teórico e prático, não é senão um aspecto, uma manifestação do desenvolvimento das forças produtivas do homem, isto é, da riqueza” (p. 252), porquanto a ciência é “a forma mais sólida da riqueza, forma na qual a riqueza é, conjuntamente, o produto e o produtor” (p. 252) (Marx, Grundrisse, Rubel, V.II).

A ciência é “a forma mais sólida da riqueza, onde tal riqueza é, conjuntamente, o produto e o produtor” (*Idem*, p. 252).

“O desenvolvimento da ciência, como enriquecimento simultaneamente teórico e prático, não é senão um aspecto, uma manifestação do desenvolvimento das forças produtivas do homem, isto é, da riqueza” (*Idem*, p. 252).

A riqueza social “são os produtos da indústria humana, os materiais naturais transformados em órgãos da vontade humana para dominar a natureza ou para nela se realizar; são os órgãos do cérebro humano criados pela mão do homem; é a potência materializada do saber” (*Idem*, p. 307).

A riqueza é identificada como “a apropriação pelo homem de sua própria força produtiva universal, a inteligência e o domínio da natureza pelo conjunto da sociedade - em suma, o desabrochar do indivíduo social” (*Idem*, p. 306).

“/.../sendo a verdadeira riqueza a plena potência produtiva de todos os indivíduos” (*Idem*, p. 308).

“O trabalho se organiza, se divide de maneira diferente, segundo os instrumentos de que dispõe. O moinho manual supõe uma outra divisão do trabalho que o moinho a vapor. É, portanto, chocar-se de frente com a história querer começar pela divisão do trabalho em geral, para chegar, em seguida, a um instrumento específico de produção, as máquinas” (Marx, *A Miséria da Filosofia*, Rubel, I, p. 99).

“À medida que a divisão do trabalho se acentua, reconhece-se com maior evidência o quanto as forças produtivas de uma nação se expandiram. Toda nova força produtiva, não sendo um simples alargamento das forças produtivas já conhecidas, ocasiona um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho” (Marx, *A Ideologia Alemã*, Rubel III, p. 1.085).

Divisão do trabalho e propriedade são expressões idênticas; disso decorre que o desenvolvimento das forças produtivas ocasiona mudanças na organização do trabalho e na apropriação dos produtos, ou seja, na propriedade privada, que, “em cada época histórica, desenvolveu-se diferentemente e em uma série de relações sociais inteiramente diversas” (Marx, *A Miséria da Filosofia*, Rubel, p.118). Essas transformações históricas implicam “uma transformação total do modo de produção mesmo, cujas premissas repousam sobre uma certa evolução da indústria, do comércio e da ciência, em uma palavra, das forças produtivas” (Marx, *Grundrisse*, Rubel, p. 231).

“O trabalho vivo modifica o material mediante a realização neste - uma modificação que é determinada pela finalidade do trabalho e por sua atividade finalista (uma modificação que não é como no objeto inerte o pôr de forma enquanto exterior à substância, simples aparência fugaz de sua existência, o material receberá assim uma forma determinada, transformação da substância que se submete à finalidade do trabalho.” (Marx, *Elementos Fundamentais...*, Siglo XXI, p. 306.)

Trabalho cria ser (*Idem*, p. 240).

Trabalho como modificação substancial (*Idem*, p. 306).

Trabalho como fogo vivo, formador (*Idem*, p. 307).

Com o desenvolvimento sem paralelo das forças produtivas e sua irradiação planetária, não se realiza mais tão somente uma nova etapa da acumulação capitalista, mas, na vigência prolongada da ordem do capital e de suas contradições inerentes, insuprimíveis e radicalizadas, se manifesta uma nova forma de existência humana em todos os seus níveis e compartimentos.

A humanidade já enveredou pelo domínio biológico do gênero e do planeta, ou seja, está no limiar do domínio da vida. Isso confirma a potência infinita do trabalho, cada vez mais humano por sua potência - abrangência e produtividade, diversidade de seus objetos e graus de eficiência, e também pela qualificação de sua subjetividade cognitiva e proponente.

A clonagem de Dolly e Polly confirmam a potência infinita do trabalho do homem social. A partir dessa revolução dá para estimar os limites estreitos, materiais e espirituais das *personae* do trabalho quando adstritas à condição proletária: restrito em sua força produtiva e particularizado no estrangulamento da luta pela sobrevivência, só pode ou tende a ser, compreensivelmente, ávido por consumo e interesseiro em suas práticas cotidianas.

Diante da revolução tecnológica, ou seja, do desenvolvimento da potência do trabalho humano, a propriedade privada dos meios de produção, o estado e a política aparecem como anacronismos insuportáveis, mastodontes historicamente vencidos que entulham as vias do desenvolvimento humano-societário. Em suma, o mundo e as formas de existência que se desenham à nossa frente estão para além dos paradigmas do *burguês* e do *proletário*, aquele inteiramente superado enquanto utilidade histórica - hoje é evidente, irreversivelmente, que o conhecimento impulsiona mais a produção do que o lucro, que o saber tomou o lugar da propriedade como fator decisivo e dinâmico da produção e reprodução da base material da vida; vale dizer, a força motriz do espírito empreendedor, gestada pelo interesse ou egoísmo pessoal, que foi o ardil responsável pela mais fantástica produção de riqueza (e pobreza) dos últimos 600 anos da história humana, mostra, por fim, sua estreiteza e mesquinhez, a finitude de seu alcance, diante da amplitude sem fronteiras das possibilidades de realização do saber, um empreendimento por natureza supra-individual e cooperativo, ou seja, intrinsecamente social, cujo lucro inerente é a irradiação universal de benefícios. Está posto em evidência, não importa que em contexto dolorosamente contraditório, que a cooperação é superior à competição, não apenas como valor moral, porém, material e produtivamente. Assim, a humanidade principia ou pode começar a

aprender de forma irreversível - embora derramando ainda muito sangue, e outra não tem sido nunca, infelizmente, a via de seu aprendizado no curso da história (ou, a rigor, até aqui de sua pré-história) que a força produtiva da cooperação, em todos os níveis da vida, é mais digna e fundamental, mais produtiva e rentável do que a competição.

Essa lição ainda um tanto velada - que o novo liberalismo não tem como apreender, porque está para além dos limites de sua racionalidade, e que a social-democracia também só é capaz de incorporar muito limitadamente, apenas na forma abstrata de princípio e proclamação éticas, porque está submersa no mesmo padrão estreito e superado de razão, a que é posta e reiterada pela lógica do capital - é intrinsecamente uma lição da lógica universal do trabalho, e só por esta pode ser intimamente compreendida e posta como o norte de suas lutas, como a bandeira de um novo mundo que só as legiões do trabalho podem realizar, mas que veio à tona no campo adverso do capital, como não poderia deixar de ser, dado que a reflexão ideal só pode ser um resultado *post-festum*, posto e confirmado pelas determinações da base material da realidade histórica.

Donde o futuro humano, se futuro houver, será posto pela possibilidade emergente das perspectivas da síntese do saber - a fusão entre o melhor e mais avançado do saber científico-tecnológico e o mais agudo e universal do saber humanista, ou seja, da aglutinação natural entre o saber do mundo e o saber de si. Hoje, o homem já está se tornando o demiurgo da natureza, falta se converter no demiurgo de si mesmo.

Numa palavra, *capacidade ilimitada de produção material*, domínio da vida de seu próprio gênero e do planeta, e *humanismo*, no sentido de capacidade de produção do humano. Em síntese, capacidade de produção da vida, inclusive da genuína vida consciente.

Força produtiva é em substância capacidade humana de configuração do mundo e, retroativamente, por efeito dessa efetivação, plataforma do próprio desenvolvimento humano: “O homem é o que faz e como faz” (Marx, *A Ideologia Alemã*), aí incluídas suas formas de consciência, ou seja, do complexo de suas manifestações sensoriais, afetivas e racionais.

Donde, a revolução social do homem que produz com máquinas a vapor é distinta da revolução do homem que produz por meio de artefatos elétricos. A revolução social da humanidade que tem por instrumentos a eletrônica e a biotecnologia implica elevação e complexidades, antes de tudo espirituais, da individualidade humana revolucionária nunca dantes cogitadas, nem muito menos exigidas. Todo pensamento revolucionário até aqui foi matrizado pelos estágios primários do desenvolvimento da capacitação humana de efetivação material e de realização de si mesmo, enquanto tais são a lógica do passado, que não mais leva à inteligibilidade do presente nem muito menos ao horizonte possível do futuro.

O nível atual de desenvolvimento das forças produtivas está em contradição com as relações sociais de produção (relações de propriedade no plano jurídico), engendradas pela lógica da propriedade privada em sua forma histórica mais evoluída - o sistema de controle e ordenação do capital. Ou seja, a capacidade humana alcançada para a produção de seu mundo próprio é

superior e mais potente do que a organização social que os homens permanecem obrigados a tolerar, contra a qual se debatem. As relações sociais, a partir das quais aquela capacidade foi produzida, não são capazes de conter e tirar proveito de sua realização, enquanto tais para se conservarem ferem de morte a própria humanidade, tornam letal a sua maior realização: a) aniquila parte da própria humanidade, dos produtores da realização; b) aniquila a autoprodução da individualidade, acentua a alienação (do produto, do trabalho, do gênero); c) agora a dispensa do próprio trabalho (alienado).

Os homens desenvolveram sua capacidade de produzir, de se apropriar produtivamente da natureza, ou seja, suas forças vitais de efetuação de mundo, mas ainda não alcançaram o desenvolvimento de suas forças vitais necessárias à produção de si mesmos, sua forma máxima de produção. Sabem lidar e moldar os predicados do ser natural, mas não as categorias do ser social.

De outra parte, a crítica e as oposições atuais ao sistema do capital estão destituídas do propósito de sua negação:

- a) oposições não concebem como o negar,
- b) estas estão destituídas de senso real, objetivo e racional, pois não entendem a atualidade, e pensam com a lógica do passado sem mesmo a ter compreendido.

O desenvolvimento das forças produtivas, no grau já alcançado, repercute sobre a sociedade política de duas maneiras desiguais e contraditórias:

a) Põe em evidência mais do que nunca a fundamentabilidade e a natureza determinante da sociedade civil sobre a sociedade política. E tanto mais é assim quanto mais desenvolvida e civilizada é a sociedade civil:

i) a emergência das organizações não governamentais, apesar dos defeitos, distorções e corrupções, próprias à sua infância, constitui uma evidência, mesmo que pálida, disso. As ONGs são entidades não-governamentais na forma da alienação.

ii) redução das soberanias nacionais por efeito da legalidade planetária das novas formas da cadeia produtiva. A política se encolhe e ajusta a ela.

Para a GLOBALIZAÇÃO:

a) Enumerar e reconhecer de forma precisa e dramática os males de transição no processo de globalização. Fazer seu registro e mostrar que as oposições não souberam até aqui assumir essa luta.

b) Fim da via colonial: a lógica e as possibilidades do desenvolvimento autônomo capitalista desapareceram, mesmo como simples modernização subordinada, se restrito à dinâmica no interior das fronteiras nacionais, pois no perímetro destas só resta o latejamento de problemas, não mais a dinâmica das soluções. Na globalização as diferenças não desaparecem, é o que dramatiza a transição, mas não a susta. Todavia, a globalização na forma da alienação barra estruturalmente o saber humanista.

Aqui é preciso falar principiando pelas formas particulares de objetivação do capital.

c) Imperialismo, real ao menos como forma ou instrumento da formação do mercado mundial. Período da acumulação e expansão capitalista em que

a formação do mercado mundial tem caráter forçado e impositivo, pois realizado sob desenvolvimento ainda limitado das forças produtivas, conferindo por isso mesmo papel relevante às forças extra-econômicas. Seus diferentes momentos, as diversas e sucessivas faces da expansão do capitalismo: em sua primeira etapa foi francamente predador, uma espécie de acumulação primitiva do imperialismo. O fato de que não seja mais predador (ao menos como o foi à época de seu advento) não significa que promova a igualdade entre as nações e povos.

Em etapas posteriores, a predação muda de configuração nos degraus sucessivos da emergência, constituição do mercado mundial. A automação de seu funcionamento, tornando-se atraente para seus irmãos subalternos. Para nós é essa subalternidade que interessa determinar e compreender. O que se torna impossível quando o complexo fenomênico é negado ou dado como extinto. Entre vários aspectos do neoliberalismo está precisamente aquele que se compraz em ficar nos limites da subsunção.

O neoliberalismo e a globalização como ideologias estão mortos há mais de uma década (Reagan/Tatcher), mas a globalização é imperecível como lógica do capital.

A globalização como efeito da acumulação de capital principiou com a formação dos estados nacionais a partir das cidades-estado. Do Renascimento aos dias atuais tivemos, então, estados nacionais, colonização, imperialismo, e agora a expansão alcança a circunscrição de todo espaço planetário. Quem estiver ou ficar fora, deixa de existir, pois tenderá a regredir e degenerar.

A globalização não é uma política, nem a prática política tem força e capacidade para engendrar a globalização e as forças produtivas que, mais do que tudo, subjazem ao processo, a política não é capaz de engendrar ou de se contrapor à globalização. Por isso a política, na transição para a globalização, ou se torna seu agente inteligente ou brutal, ou se manifesta como agente perturbador de curto fôlego.

Estado é o coadjuvante da globalização, tal como o é sempre em relação aos protagonistas dominantes da sociedade civil, enquanto tal precisa “representar” também as classes subalternas, incluí-las nos processos democráticos, o que não significa nunca fazer uma política de sua perspectiva; isto não compreende mecanicidade na representação efetiva dos dominantes.

Globalização é apenas o nome corrente de uma fase específica de um processo histórico fundamental, ou seja, é a designação da forma atual do desenvolvimento do capital. Onde, exorcizar o termo é uma perfeita inutilidade, pois o estágio presente resulta e dá prosseguimento às determinações da lógica inerente a esse modo de produção. Fase que se caracteriza pela extensão planetária da acumulação ou reprodução ampliada, tendo por impulso os progressos científico-tecnológicos, que elevaram as forças produtivas a níveis sem paralelo - a chamada terceira revolução tecnológica, liderada pela informática e a bio-engenharia. Portanto, o momento de chegada do movimento globalizador do capital, que vem provendo a articulação e a integração das economias nacionais desde as últimas décadas do século passado, sob a prevalência de modos e formas diversas em cada um de seus períodos anteriores.

O processo de instauração da economia globalizada, tal como ocorreu nas etapas precedentes, mas de maneira especialmente aguda e profunda, é um

tempo gerador de enormes problemas e graves tensões. Esse é um dos aspectos mais evidentes e dolorosos do período de transição entre o momento da economia pré-globalizada e a face efetivada de sua globalização. Dores e comprometimentos que ferem de modo brutal a grande maioria dos segmentos sociais do trabalho assalariado (desemprego e aumento da pobreza, inclusive no chamado primeiro mundo) ao longo da transição que compreende a irradiação mundial, em escala diversa e combinada, das novas tecnologias e a plena configuração mundial dos mercados, ou seja, o estabelecimento do *mercado mundial*, para o qual, diz Marx, o capital tende desde o princípio.

O capital, sob suas frações menos desenvolvidas e dinâmicas, privado ou estatal, também é afetado e padece, mas isso com toda razão não chega, propriamente, a sensibilizar ninguém, a não ser seus proprietários - e estes que se danem!, mas o que importa é que seu desaparecimento não diminui a força, nem perturba o rumo e a velocidade da globalização. Caducam mesmo por força desta, que é impiedosa também com as expressões mais frágeis e menos autênticas de sua própria substância. Assim foi nas anteriores reconfigurações decisivas do sistema do capital, assim vem ocorrendo agora, e nada pode evitar esses efeitos, perenes alguns, outros talvez temporários, sob o império da lógica que os produz.

Todavia, tensões e comprometimentos dilacerantes, ainda que impotentes, geram reações, e estas poderiam ser elevadas a força política, na medida em que compreendam a lógica fundamental dos acontecimentos e não a pretendam simplesmente contrariar, mas tirar proveito das contradições políticas da marcha de sua complexa transição. Força política que seria posta a navegar no mar encrespado de correlações de força desfavoráveis, nas quais não poderia ser jamais hegemônica, mas bastante expressiva para deslocar um pouco o epicentro das decisões, de modo que as maiorias desfavorecidas fossem menos sacrificadas. É tudo que podem almejar, e não é pouco, uma vez reconhecida a desfavorabilidade geral do momento.

A mais característica conseqüência da globalização é a formação de blocos regionais, como forma de equacionar uma melhor integração ao processo global.

Disso resulta a “hegemonia diluída ou compartilhada” em lugar do mundo bipolar do quadro anterior; “a redução dos espaços e da soberania dos estados nacionais, pois não é mais possível viver e pensar segundo categorias exclusiva ou predominantemente nacionais”; perigos e soluções estão igualmente globalizados - não dá para tratá-los em escala puramente nacional; imperativos sociais (?) são eliminados em proveito de critérios puramente econômicos, lastimam as oposições e até mesmo a boa-fé do capital assustado, que, até ele, considera um risco assistir à globalização do desemprego e miséria, temendo a resposta de milhões com base no desespero. Esse é o limite da boa-fé do capital, ultrapassado o otimismo linear de anos atrás. O pior é que essa resposta, no mínimo improvável, um temor distante até mesmo para o capital de boa-fé, é tudo que tem de mais aparentemente radical a esquerda sem rumo, que também se assusta com ela.

A “crise estrutural” (não será isso uma redundância?) do capital desembocou na globalização e por elevação a novo patamar de produção pelas tecno-

logias de ponta. Ou melhor, dada a escala atingida no período pré-globalização os limites ficaram estreitos e tudo parecia ter entrado em crise, quadro do qual o capital saiu com a globalização e as novas tecnologias.

CRISE OU CATÁSTROFE?

Kurz e Mészáros confundem crise com catástrofe, contradição com auto-destruição, natureza contraditória do capital com lógica autodestrutiva.

O cerne do problema está na questão da acumulação ampliada. Esta tem limites, ou contradições intensificadas?

É a antiga discussão Hilferding/Rosa de Luxemburgo.

A tematização marxiana do capital tem por núcleo sua contraditoriedade, não sua autodestrutividade. O capital é uma contradição insuperável, não uma ordem autodestrutiva como quer Kurz. Sua contradição abre a possibilidade de sua superação, mas esta tem de ser efetivada por agentes sociais interessados, não é automaticamente induzida por sua lógica interna, que abre a possibilidade da superação, mas não a realiza por conta própria.

A metáfora sobre a superação da divisão social do trabalho.

A metáfora de Marx sobre o homem que é pescador de manhã, caçador à tarde etc., é simplesmente uma alusão a uma questão fundamental e incontornável: a reintegração da unidade humana a seu desenvolvimento multilateral. Não se trata da manifestação de uma aspiração utópica de reencontro com um paraíso originário - simples e igualitário. Não é suposta a personalidade politécnica (isto sim no mundo complexo uma inviabilidade), mas a referida metáfora alude sim ou assim deve ser entendida como referência à - necessidade insuprimível de reintegração do outro como força pessoal, portanto, da força social reconhecida como incorporação individual (portanto é uma questão relativa às formas sociais de cooperação); não se trata, pois, de uma solução técnica para compor o indivíduo como uma unidade ou singularidade politécnica, mas da formulação e efetivação de uma ordenação societária que concretize os outros (as forças sociais) para cada um como seu patrimônio pessoal.

Em uma palavra, a metáfora diz respeito às formas de cooperação, a uma dada forma de cooperação dos indivíduos - não mais um contra todos, mas as forças de todos como propriedade ou atualização de cada um. Isto compreende hoje - supressão do que separa todos de todos, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção e as formas de dominação política, isto é, o estado.

Sobre isso não só é possível, mas é estritamente necessário discutir. Não só criticar o fetichismo da mercadoria, mas superar o complexo econômico-político que o produz e reproduz.

A superação da divisão do trabalho deve ser pensada, necessariamente, como forma comunal de produção e consumo.

NOTAS DE ROTAPÉ

1. Chasin sustenta que a União Soviética, com seus estados satélites e as demais experiências afins jamais configuraram uma superação, mesmo que parcial ou circunscrita, da sociabilidade do capital. Necessariamente vieram se integrando ao sistema de produção capitalista à medida que este avançava em sua internacionalização, no correr das décadas anteriores à derrocada final do estado soviético.

A ilusão, universalmente disseminada, quanto a este caráter essencial das revoluções do século XX é que constitui a forja das falsidades.

2. Marx considerava que a Comuna, não sendo a emancipação social propriamente dita, era, contudo, a forma política que possibilitava o curso da revolução social de modo mais racional, acentuando sobremaneira o aspecto positivo da drástica redução do aparelho burocrático estatal que ela representara (Cf. *A Guerra Civil na França, Materiais Preparatórios*).

3. Autonomização que está na gênese e essência do estado moderno (como Marx identificara desde 1844, em *A Questão Judaica*), e que, portanto, tende a acentuar-se a cada novo avanço da dinâmica produtiva.

4. Pode-se notar, já pelas passagens anteriores, que Chasin considera este “esvaziamento” como um desenvolvimento das forças vitais da sociabilidade, ainda que na forma contraditória, perversa do domínio do capital. Nega-se aqui terminantemente o lamento auto-iludido do politólogo contra a pretensa colonização e instrumentalização do campo idealizado da política.

5. Deve ficar claro que aqui Chasin se refere à situação brasileira atual.

6. Evidentemente, como se pode notar pelas passagens subseqüentes, esta afirmação se refere às condições atuais de específica depleção no espectro partidário.

7. Esta fórmula ou similares com o mesmo conteúdo são usadas por Marx desde 1844 até *O Capital* para designar a revolução social, a emancipação humana.